

II SEMINÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO

“Os desafios contemporâneos para a educação
brasileira e os processos de regulação”

Programação e Caderno de resumos

Realização



CEDES

Centro de Estudos Educação e Sociedade

1º, 2 e 3 de dezembro de 2009

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Apoio



Ministério
da Educação



Organização
dos Estados
Ibero-americanos
Para a Educação,
a Ciência
e a Cultura



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
da UNESCO
no Brasil



CLACSO

DIRETORIA DO CEDES

Ivany Rodrigues Pino (presidente)
Débora Mazza (vice-presidente)
Antonio Carlos Rodrigues de Amorim (primeiro secretário)
Adriana Lia Frizman de Laplane (segunda secretária)
Dirce Djanira Pacheco e Zan (primeira tesoureira)
Ana Maria Fonseca de Almeida (segunda tesoureira)
Romualdo Portela de Oliveira (diretor de pesquisa)
Theresa Adrião (diretora de eventos)

CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO (membros titulares)

Silvio Donizetti de Oliveira Gallo
Adair Mendes Nacarato
Valdemar Sguissardi

CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO (membros suplentes)

Dulce Maria Pompêo de Camargo
Lisete Regina Gomes Arelaro
Iria Brzezinski

COMISSÃO ORGANIZADORA DO II SEMINÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Adair Mendes Nacarato
Adriana Lia Frizman de Laplane
Antonio Carlos Rodrigues de Amorim
Ana Maria Almeida
Débora Mazza
Dirce Pacheco e Zan
Ivany Pino
Silvio Gallo
Theresa Adrião

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Maria Helena Pereira Dias

ASSESSOR TÉCNICO

Gilberto Oliani

COMITÊ CIENTÍFICO

Almerindo Janela Afonso
Antonio Zuin
Celso Ferretti
Heloisa de Mattos Höfling
Pedro Goergen (Presidente)
Patrícia Piozzi
Regiane Helena Bertagna
Theresa Adrião
Vera Lúcia Sabongi De Rossi

PARECERISTAS AD HOC

Ana Lúcia Goulart de Faria
Antonio Carlos Amorim
Antonio Zuin
Carmem Sylvia Vidigal
Celso Ferreti
Cleiton de Oliveira
Débora Mazza
Dirce Pacheco e Zan
Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira
Eloísa de Mattos Höfling
Ernesta Zamboni
Guilherme Val Toledo
Iria Brzezinski
Luis Henrique Aguilar
Mara De Sordi
Marcia Malavazi
Maria Vieira
Patrizia Piozzi
Regiane H. Bertagna
Romualdo Portela de Oliveira
Silke Weber
Valdemar Sguissardi
Vicente Rodrigues

EQUIPE DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Organização: Theresa Adrião, Ivany Pino, Cassia Domiciano
Arte e Criação da Mostra: Milton José de Almeida
Criação e layout (capa): Gustavo Torrezan
Editoração eletrônica e arte-final da capa: Vlad Camargo
Secretária: Fernanda Freitas Juvino

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO

Bruna Alice Gomes de Melo
Cássia Alessandra Domiciano
Inajara Iana da Silva
Marcus Vinicius dos Santos
Nelson Nahas
Nilda Aparecida Silva

CERIMONIAL DE ABERTURA

Antonio Lisboa Leitão

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| PROGRAMAÇÃO/LOCAL | 9 |
| CRONOGRAMA | 10 |
| RESUMOS DAS CONFERÊNCIAS | 17 |
| RESUMOS DAS MESAS REDONDAS | 20 |
| RESUMOS DOS PAINÉIS DE PESQUISA | 35 |
| RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES - DIA 1º/12- | 37 |
| RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES - DIA 2/12- | 72 |
| COLEÇÃO SÉRIE COMEMORATIVA DOS 30 ANOS DO CEDES: CAPAS DA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE E CADERNOS CEDES | 103 |

APRESENTAÇÃO

Ao celebrar seus trinta anos de existência, o Centro de Estudos Educação e Sociedade realiza, nos dias 1, 2 e 3 de dezembro de 2009, o II Seminário de Educação Brasileira. Tal evento retoma a presença institucional do CEDES como protagonista no cenário dos debates nacionais, do qual se ausentou ao aderir, em 1979, ao grande movimento coletivo das entidades na luta pela redemocratização do país e renovação da educação.

A luta pela democratização da educação e do país redundou na organização das Conferências Brasileiras de Educação (CBES), substituindo a continuidade do I Seminário de Educação Brasileira. As CBES – promovidas coletivamente pela ANPED, ANDE e CEDES e em seu início também pelo CEDEC, contando com a participação de entidades sindicais – representaram um importante movimento das entidades científicas da educação, no sentido de articular e organizar o campo educacional. A concretização das CBES marcou a reorganização da educação brasileira na década de 1980 na perspectiva da construção de um projeto democrático para a educação nacional. Esta série de Conferências ensejou, ainda, outras ações coletivas, como o Movimento para a Formação de Professores, origem da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), a Carta da Educação para a Constituinte, o Fórum Nacional da Educação na Constituinte e, posteriormente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), além de outras que fazem parte da memória e da história da educação brasileira.

Nos últimos anos, o CEDES, por meio de seminários, periódicos e participações na construção coletiva das políticas educacionais, produz discute e divulga conhecimentos relativos a temáticas concernentes à qualidade da educação pública gratuita e laica como direito social. Recentemente, tem se preocupado com a crescente mercantilização e privatização da esfera educacional, intimamente vinculadas à expansão dos critérios produtivistas, na medida em que, por um aparente paradoxo, esses tendem a solapar os tempos longos necessários ao estudo e reflexão rigorosos, para instaurar os tempos curtos da produção para o consumo imediato.

Os desafios impostos contemporaneamente à educação motivam o CEDES a retomar o Seminário de Educação Brasileira, colocando em debate questões como: as novas tendências da relação entre o público e o privado na oferta da educação e sua regulação por parte do Estado; os sistemas nacionais de educação na América Latina; os processos de regulação e as políticas da educação; a expansão da educação à distância no ensino superior e seus impactos sobre a formação e a desigualdade na educação.

Nesse sentido, o II Seminário de Educação Brasileira, realizado no período de 1 a 3 de dezembro de 2009 na UNICAMP, pode ser identificado como um evento que comemora e consagra a histórica defesa do CEDES pela realização do direito universal à educação e do pensamento não tão sufocado pela pressão de seus espartilhos produtivistas.

O tema proposto para o evento relaciona-se, também, diretamente à pauta educacional eleita para a Conferência Nacional de Educação a ser realizada em Brasília, em 2010.

Integra este evento o VIII Seminário Nacional da ANFOPE, co-participante na Mesa Redonda “Qualidade da educação, formação e condições de trabalho”.

PROGRAMAÇÃO/LOCAL DOS EVENTOS

| Horário | 01/dezembro | 02/dezembro | | 03/dezembro | |
|----------------|---|---|--|--|---|
| 8h - 9h | Credenciamento Local- Faculdade de Educação | | | | |
| 9h - 12h | Abertura (9h – 10h30min) Conferência de Abertura com Roger Dale Local- Instituto de Economia (com transmissão para o salão nobre da Faculdade de Educação) | Mesa Redonda 3 Local: Salão Nobre da Faculdade de Educação | Mesa Redonda 4 Local: Auditório do Instituto de Economia | Mesa Redonda 7 Local: Instituto de Economia (com transmissão para o salão nobre da Faculdade de Educação) | |
| 12h - 14h | Almoço | | | | |
| 14h - 17h | Mesa Redonda 1 Local: Auditório do Instituto de Economia | Mesa Redonda 2 Salão Nobre da Faculdade de Educação | Mesa Redonda 5 Local: Salão Nobre da Faculdade de Educação | Mesa Redonda 6 Local: Auditório do Instituto de Economia | Conferência com João Barroso (14h – 15h) Local- Instituto de Economia (com transmissão para o salão nobre da Faculdade de Educação) Lançamento Livros e Revistas (15h30min) Local: saguão do Instituto de Economia |
| 17h30min - 19h | Assembléia da ANFOPE Sessão de Comunicações Reunião Diretoria CEDES com Delegados indicados para a CONAE | Mesa Redonda 8: Local: Auditório do Instituto de Economia Sessão de Comunicações | | Panel de Pesquisas em Educação 1 Local: Salão Nobre da Faculdade de Educação Panel de Pesquisas em Educação 2 Local: Auditório do Instituto de Economia | |
| 19h - 20h | Assembleia CEDES Local: Salão Nobre da Faculdade de Educação | Conferência com Miguel Angel Alegre Canosa Local: Instituto de Economia (com transmissão para o salão nobre da Faculdade de Educação) | | Conferência de Encerramento com Miguel Arroyo Local: Instituto de Economia (com transmissão para o salão nobre da Faculdade de Educação) | |
| 20h30min | Jantar de Confraternização Por adesão | | | | |

CRONOGRAMA

1º de dezembro de 2009

8h-9h: credenciamento: recepção, inscrições e entrega de material

Local: Faculdade de Educação

9h-10h30min: Abertura, Sessão solene e Homenagens aos sócios históricos, diretorias anteriores do CEDES, Departamento de Ciências Sociais na Educação, Faculdade de Educação e Universidade de Campinas.

Coleção de Ilustrações de capas da *Revista Educação & Sociedade* e dos Cadernos CEDES – Série comemorativa dos 30 anos do CEDES – concebidas por Milton José de Almeida, a partir de obras de arte.

Local: Instituto de Economia (com transmissão para o salão nobre da Faculdade de Educação)

11h-12h: Conferência de Abertura: “Sociologia da Educação e o Estado na Pós-Globalização”

Convidado: Roger Dale (Universidade de Bristol, Inglaterra)

Coordenadora: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro (Presidente do CNTE)

Local: Auditório do Instituto de Economia (com transmissão para o salão nobre da Faculdade de Educação)

12h-14h: Almoço

14h-17h: Mesa-Redonda 1: “As interfaces entre o público e o privado para a oferta educacional”

Convidados: Almerindo Janela Afonso (Universidade do Minho, Portugal), Alfredo Astorga (OREALC/UNESCO), Vera Maria Vidal Peroni (UFRGC), Theresa Adrião (CEDES, UNICAMP). *Mediador*: Valdemar Sguissardi (CEDES, UNIMEP)

Local: Auditório do Instituto de Economia

14h-17h: Mesa-Redonda 2 - “Estado e regulação: políticas públicas da educação e desigualdades sociais”

Convidados: Jorge Abrahão de Castro (IPEA), Silke Weber (UFPE),

Reginaldo Corrêa de Moraes (UNICAMP). *Mediadora*: Acácia Kuenzer (CEDES, UFPR)

Local: Salão Nobre da Faculdade de Educação

17h30min-19h:

Sessão de Comunicações I

Eixo 1 - sala 1 (Faculdade de Educação - ED 11) e sala 2 (Faculdade de Educação - ED 10)

Eixo 2 - sala 1 (Faculdade de Educação - Auditório da Biblioteca) e sala 2 (Faculdade de Educação - sala da Congregação)

Eixo 3 - Salão Nobre da Faculdade de Educação

Eixo 4 - Faculdade de Educação - LL 02

Eixo 5 - Auditório do Instituto de Economia

Assembleia da ANFOPE

Local: Faculdade de Educação, Bloco C (Pós-Graduação)

Reunião de Delegados do CEDES à CONAE

Local: a confirmar

19h-20h: Assembleia do CEDES

Local: Salão Nobre da Faculdade de Educação

20h30min: Jantar de Confraternização por adesão até às 15 horas no guichê de credenciamento

Local: Churrascaria Estância Grill Churrascaria & Pizzaria, a partir das 20h30min

Endereço: avenida Albino J. B. de Oliveira, 271. Fone: (19) 3289-6055/1511

02 de dezembro de 2009

9h-12h: Mesa Redonda 3: “Qualidade da educação, formação e condições de trabalho”

Convidados: Helena de Freitas (UNICAMP, MEC), Dalila Andrade (UFMG), Bernadete Gatti (FCC), Heleno Araújo Filho (CNTE). *Mediadora*: Iria Brzezinski (ANFOPE, CEDES, UCG)

Local: Salão Nobre da Faculdade de Educação

9h-12h: Mesa Redonda 4: “Sistemas educacionais, Estado e globalização”

Convidados: Clementina M. Cardoso (Universidade de Londres), Dermeval Saviani (UNICAMP), Pablo Gentili (CLACSO, UERJ). *Mediadora:* Lisete Arelaro (CEDES, USP)

Local: Auditório do Instituto de Economia

Intervalo para Almoço

14h-17h: Mesa Redonda 5: “Educação superior, expansão e qualidade: a EAD na tensão entre o público e o privado”.

Convidados: Maria Luiza Belloni (UFSC), Kátia Morosov Alonso (UFMT), Jaime Giolo (UPF), Raquel Goulart Barreto (UERJ). *Mediador:* Antonio Zuin (CEDES, UFSCAR)

Local: Salão Nobre da Faculdade de Educação

14h-17h: Mesa redonda 6: “Currículo: políticas de Estado e regulação”

Convidados: Elizabeth Macedo (UERJ), Álvaro Moreira Hypólito (UFPEL), Alfredo José da Veiga-Neto (UFRGS). *Mediadora:* Dirce Pacheco e Zan (CEDES, UNICAMP)

Local: Auditório do Instituto de Economia

17h30min-19h: Mesa 8: “Entidades científicas no campo da educação: história, crises e ações concertadas”

Convidados: Ivany Rodrigues Pino (Presidente do CEDES), Márcia Ângela Aguiar (Presidente da ANPED), Benno Sander (Presidente da ANPAE), Iria Brezinski (Presidente da ANFOPE), Antônia Vitória Soares Aranha (Presidente do FORUNDIR)

Mediador: Debora Mazza (CEDES, UNICAMP)

Local: Local:

Sessão de Comunicações II

Eixo 1 - sala 1 (Faculdade de Educação - ED 11)

Eixo 2 - sala 1 (Faculdade de Educação - Auditório da Biblioteca) e sala 2 (Faculdade de Educação - Sala da Congregação)

Eixo 3 - sala 1 Faculdade de Educação Bloco C - pós-graduação e sala 2 Salão Nobre

Eixo 5 - sala 1 Auditório do Instituto de Economia e sala 2 Faculdade de Educação LL 02

19h30min-20h30min: Conferência: “Regimes escolares e equidade educacional. A necessária regulação pública dos sistemas de quase-mercado e autonomia escolar: principais âmbitos de atuação na luta contra as desigualdades educacionais”.

Convidado: Miguel Angel Alegre Canosa (Universidade Autônoma de Barcelona)

Coordenador: Antonio Carlos Amorim (CEDES, UNICAMP)

Local: Instituto de Economia (com transmissão para o salão nobre da Faculdade de Educação)

03 de dezembro de 2009

9h-12h: Mesa Redonda 7: “Educação e crise: perspectivas para o Brasil”

Convidados: Romualdo Portela de Oliveira (CEDES, USP), José Marcelino de Rezende (USP), Carlos Roberto Jamil Cury (PUC-MINAS), José Dias Sobrinho (UNICAMP, UNISO). *Mediador:* Pedro Goergen (CEDES, UNICAMP, UNISO)

Local: Instituto de Economia (com transmissão para o salão nobre da Faculdade de Educação)

Intervalo para Almoço

14h-15h: Conferência: “O conhecimento como instrumento de regulação da ação pública em educação”

Convidado: João Barroso (Universidade de Lisboa)

Coordenador: Silvio Gallo (CEDES, UNICAMP)

Local: Auditório do Instituto de Economia (com transmissão para o salão nobre da Faculdade de Educação)

15h30min: Lançamentos de Livros e dos periódicos *Educação & Sociedade* n. 109 e *Caderno CEDES* n. 78.

Local: Saguão do Instituto de Economia

17h30min-19h:

Painel de Pesquisas em Educação 1

Convidados: Elba de Sá Barreto (FCC, USP), Luiz Carlos Freitas (UNICAMP) e Sandra Zákia de Souza (USP), Lúcia Emilia Bruno (USP) e Carmem Sylvia Vidigal Moraes (USP)

Coordenador: Celso Ferretti (CEDES, UNISO)

Local: Salão Nobre da Faculdade de Educação

Painel de Pesquisa 2

Convidados: Nilda Alves (UFRJ), Lucia Neves (UFF, FIOCRUZ), José Roberto Ruz Peres (UNICAMP)

Coordenador: Adriana Lia Frizman de Laplane (CEDES, UNICAMP)

Local: Auditório do Instituto de Economia

19h30min-20h30min: Conferência de Encerramento: “Educação, desigualdade e justiça social”

Convidado: Miguel G. Arroyo (UFMG)

Coordenadora: Ivany Pino (CEDES, UNICAMP)

Local: Instituto de Economia (com transmissão para o salão nobre da Faculdade de Educação)

CONFERÊNCIAS

Sociologia da Educação e o Estado na Pós-Globalização*Roger Dale*

Aproveitando a oportunidade para olhar para o passado quarto de século em Sociologia da Educação – e muito mais importante, para as mudanças sem precedentes na economia política global – este estudo busca refletir sobre e sugerir respostas para essas mudanças através da lente dos argumentos levantados no livro que eu publiquei em 1989. Em ‘Estado e política educacional’ meu argumento básico era que (1) os sistemas de educação e a política educacional, enquanto partes do estado, são moldados fundamentalmente pela sua contribuição para a solução de três condições principais de existência do capitalismo, as quais não podem ser resolvidas por meio dos seus próprios recursos – suporte ‘infra-estrutural’ para o processo de acumulação, a construção de uma ordem social e a legitimação do sistema, e (2) as ‘soluções’ para esses problemas seriam mutuamente contraditórias tanto quanto mutuamente complementares, sendo essas contradições os maiores condicionantes da política educacional. Ainda acho esses argumentos convincentes, embora eles agora pareçam algo economicistas e ignorantes da significação da modernidade, mas durante 30 anos – o período em que a globalização neoliberal emergiu – as formas que os principais problemas tomaram, e a forma do ‘estado’ que deveria enfrentá-los, mudaram de maneira fundamental e irreversível, de modo que precisamos interrogar radicalmente os conceitos através dos quais os compreendemos. Um dos principais problemas em registrar a natureza, tamanho e importância dessas mudanças é que os ‘nomes’ não mudaram, ainda temos estados, economia e educação, mas seus significados mudaram; nós ainda habitamos o mesmo ‘mundo’ mas ele se tornou um mundo diferente, politicamente, economicamente, culturalmente, um mundo globalizado, especialmente a partir dos eventos que quase exatamente 20 anos atrás fizeram emergir a nova fase da globalização neoliberal. Este trabalho descreverá a natureza dessas mudanças em termos da ‘constitucionalização do neoliberalismo’, a fusão dos pilares da regulação e da emancipação, a virada do governo para governança, e a reconstrução e recontextualização do ‘nacional’. O trabalho discutirá

as implicações para a sociologia da educação através do foco nos significados em mudança de conceitos como ‘nacional’, ‘educação’, ‘sistemas’, argumentando em favor da necessidade de repensar os modos de pensar sobre e através da sociologia da educação para responder à natureza mutante dos problemas fundamentais.

Regimes escolares e equidade educacional.

A necessária regulação pública do sistema de quase-mercado e autonomia escolar: principais âmbitos de atuação na luta contra as desigualdades educacionais

Miguel Angel Alegre Canosa

Como en otros terrenos y ámbitos políticos, la globalización ha comportado la extensión, legitimación e implementación de lógicas de casi-mercado también en el campo educativo. La expansión de estas lógicas en la (re)configuración de los regímenes educativos ha hecho mella tanto en la articulación de la oferta como en la gestión de la demanda escolar. En lo relativo a la demanda, la potenciación del casi-mercado se ha plasmado, principalmente, en la extensión de políticas de distinta índole dirigidas a ampliar el margen formal de elección escolar por parte de las familias. En el terreno de la oferta, y más allá de las vías abiertas a la privatización de la enseñanza, el mismo proceso ha comportado la devolución a las escuelas de mayores márgenes de autonomía, en diversos campos (curricular, gestión de personal y presupuestos, admisión de alumnos...). En definitiva, cada vez en más países y regiones emergen situaciones donde las familias compiten entre ellas por ciertas escuelas, y las escuelas compiten entre ellas por ciertas familias. En la presente intervención se repasan, desde una perspectiva europea, algunos de los principales peligros atribuibles a estos procesos, fundamentalmente relacionados con la segregación escolar y social, y se señalan algunos ámbitos de actuación política (a escala nacional y local) centrales en la lucha contra los mismos.

O conhecimento como instrumento de regulação da ação pública em educação

João Barroso

A referência ao “knowledge based policy” (política baseada no conhecimento) constitui, hoje, uma das expressões mais frequentes para

persuadir da bondade das políticas e garantir a sua eficácia, com o fundamento que se baseiam mais em evidências do que em interesses, valores ou ideologias. Neste contexto, o conhecimento que é mobilizado ou invocado no processo político (ao nível da formulação das políticas, mas também da sua implementação) é bastante diversificado quanto à sua natureza (“conhecimento estatal”, “conhecimento investigativo”, “conhecimento teórico”, “conhecimento prático”, etc.), quanto aos seus produtores (“técnicos”, “investigadores”, “especialistas”, “profissionais”, etc.), quanto aos espaços institucionais de pertença (administração, universidades, centros de investigação, “think tanks”, agências internacionais, “comunidades de práticas”, redes, etc.). Contudo, esta perspectiva racionalista da decisão política está longe de se concretizar. Perante a diversidade de fontes, de formas e de conteúdos de conhecimento, a escolha da informação, dos dados, dos estudos, das conclusões ou recomendações a utilizar permanece eminentemente política, pouco racional e fortemente condicionada por interesses e lógicas de poder. Do mesmo modo, a pluralidade e complexidade dos conhecimentos produzidos torna impossível o acesso directo dos decisores políticos aos textos pelo que a relação entre conhecimento e política é mediada por uma diversidade de “brokers” (conselheiros, gabinetes de estudos, departamentos da própria administração, agências, meios de comunicação social, etc.). Por isso, as investigações que têm sido realizadas neste domínio mostram que a influência do conhecimento na política é mais simbólica do que real e é muito condicionada por critérios de exequibilidade (privilegiam-se os conhecimentos operacionais que são facilmente traduzíveis em acções), de convergência (privilegiam-se os conhecimentos que são adequados às crenças pré-existentes) e de agenda (privilegiam-se os conhecimentos que se integram no “agenda setting”). O principal objectivo da presente conferência consiste em analisar o modo como este processo de relação entre conhecimento e política se realiza na definição e regulação das políticas educativas, em diferentes países europeus. Para esse efeito serão utilizados alguns dados preliminares do projecto *Knowandpol* (The role of knowledge in the construction and regulation of health and education policy in Europe: convergences and specificities among nations and sectors) cuja equipa portuguesa coordena na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Numa primeira parte, serão feitas algumas precisões teóricas e conceptuais sobre a emergência de novos modos de regulação da acção pública em educação e o papel do conhecimento nesse processo. Numa segunda parte serão analisados os mecanismos

de aprendizagem política e a morfologia do conhecimento que caracteriza a actividade dos decisores políticos em Portugal e outros países europeus, nomeadamente no que se refere à produção e recepção do PISA (Programme for International Student Assessment) promovido pela OCDE.

MESAS REDONDAS

MESA 1: “As Interfaces entre o público e o privado para a oferta educacional”

Ementa: Esta mesa visa examinar a problemática das relações público, privado e privado/mercantil no campo da educação, tendo em vista a actual crise do capital, as contradições (público-privado) do Estado e suas implicações na precária cobertura educacional em todos os níveis em nosso país e em outros países da América Latina.

Avaliação institucional e *accountability* em educação: tensões e interfaces entre lógicas do público e do privado

Almerindo Janela Afonso

A avaliação institucional é, entre outras, uma forma de avaliação com grande visibilidade social nas últimas décadas (sobretudo quando, no senso comum, nos referimos à avaliação de escolas, universidades e outras instituições e organizações). Em determinadas situações, a avaliação constitui um elemento central de formas parcelares, modelos ou, mesmo, sistemas de *accountability*. Sendo importante, entre outros aspectos, discutir a natureza política das orientações nacionais e internacionais dominantes no campo da Educação, é também importante constatar a tendência actual que indica que, quer a avaliação, quer a *accountability*, estão a ser assumidas como dispositivos supostamente indiferentes à natureza político-partidária dos governos e/ou de orientações e agendas que têm origem em outras instâncias nacionais e internacionais - o que, traduzindo uma aparente e acrítica consensualidade, está contribuindo para ampliar a sua eficácia ideológica enquanto instrumentos de regulação e de dominação. Depois de apresentar, sucinatamente, os conceitos de avaliação institucional e de *accountability*, o

autor procurará discutir as suas relações e interfaces quando estiverem em jogo lógicas do público e do privado em Educação.

A relação público/privado e a redefinição do papel do Estado para com as políticas educacionais e a gestão da educação

Vera Maria Vidal Peroni

Esta comunicação analisa como as conexões entre o público e o privado redefinem o conteúdo e a forma de sistemas públicos de educação. O objetivo, portanto, é tratar das mudanças ocorridas no papel do Estado, no que se refere às fronteiras entre o público e o privado e suas conseqüências para as políticas educacionais, principalmente para a gestão democrática. Essa situação se manifesta tanto na alteração da propriedade (público não-estatal), quanto em relação ao que permanece na propriedade estatal, mas passa a ter a lógica do mercado, reorganizando os processos de gestão (quase-mercado).

Privatização da educação básica: o que o velho tem de novo...

Theresa Adrião

A exposição abordará as recentes ou revisitadas estratégias de privatização da educação básica expressas na adoção de mecanismos que submetem, explícita ou veladamente, a lógica pública da educação, oferecida e gerida pelo poder público, aos interesses do setor privado. Para efeito do aqui exposto o setor privado compreende tanto as instituições que compõem o tradicional mercado educacional cujo objetivo é a reprodução do capital, quanto as instituições que integram o denominado Terceiro Setor, as quais por se alimentar de recursos públicos induzem a ampliação do chamado “quase mercado”.

Articulaciones público-privada para la oferta educativa: encantamientos, sospechas, tensiones

Alfredo Astorga

El tema de articulaciones público-privadas se ha extendido, especialmente en educación, con más discurso que prácticas. Entre los actores los desacuerdos superan todavía a las convergencias. La visión de

lo público, como lo colectivo y no solo estatal, facilita las articulaciones al colocar a todos los actores como responsables, con roles particulares, insustituibles. En educación, bien público por excelencia, se abren caminos para una nueva cultura de diálogo entre actores del Estado, sector empresarial y sociedad civil. Es preciso disolver encantamientos y sospechas para afrontar las articulaciones, transparentando su dimensión política. La defensa de los derechos constituye el corazón de las articulaciones y la exigibilidad - que implica participación integral y permanente - su línea maestra. Este enfoque confiere a las articulaciones un carácter estratégico y posibilita encarnar los derechos en las grandes y cotidianas conquistas por la calidad-equidad en la educación.

MESA 2: “Estado e regulação: políticas públicas da educação e desigualdades sociais”

Ementa: A mesa tem por finalidade analisar os impactos das políticas públicas na constituição dos sistemas educativos, na perspectiva da redução das desigualdades sociais, buscando apreender a função reguladora que o Estado tem desempenhado enquanto mediador das relações entre classes e grupos sociais. Transitando entre abordagens que privilegiam a análise teórica e o exame de situações específicas, os participantes da mesa buscarão, também, analisar as relações entre os modos de regulação dos sistemas educativos desempenhados pelo Estado Brasileiro e por outros Estados no plano mundial, nos quais as tendências sócio-econômicas e reformas políticas têm demandado estratégias que conduzam à redução das desigualdades.

Estado e regulação: políticas públicas da educação e desigualdades sociais

Jorge Abrahão de Castro

Admitindo a questão da desigualdade no nível de escolarização como um dos principais problemas que potencializam as desigualdades sociais enfrentados pela população brasileira. Pretende-se realizar um estudo que busque entender essa questão a partir da análise da persistência de elevado contingente de analfabetos, do acesso restrito a uma educação infantil, da insuficiência e desigual desempenho para conclusão do ensino fundamental e médio e do acesso restrito e desigual a

educação superior. Para verificar os níveis de desigualdades que desfavorecem a população será considerado um conjunto de indicadores sociais com os seguintes recortes analíticos: região, localização, renda, cor/raça, gênero e idade. Além disso, pretende-se buscar e entender preliminarmente as causas que estão por trás do surgimento e permanência dos problemas.

Avaliação e regulação da educação superior: conquistas e impasses no enfrentamento das desigualdades sociais

Silke Weber

Retraçar referências que foram se impondo no Brasil e que têm informado um processo que, por necessariamente remeter à avaliação de mérito e de valor, está longe de conseguir adesão entusiasta de instituições e de seus principais agentes. Pretende-se, ainda, à luz da tensão entre concepções de avaliação e de suporte à regulação indicar algumas conquistas que teriam impacto positivo no enfrentamento de desigualdades sociais e alguns dos impasses que podem fazer prevalecer uma visão de avaliação que privilegie o desempenho individual de alunos, cursos e instituições como indicador de qualidade da formação promovida nesse nível.

Educação, desenvolvimento e redução de desigualdades: a relevância da política

Reginaldo Moraes

A educação é importante fator de desenvolvimento – e não apenas de crescimento econômico - na história das sociedades modernas, aquelas que se redefiniram a partir da revolução industrial. As estratégias de desenvolvimento precisam atentar para necessidades complementares: (a) uma política de pesquisa científica avançada, na fronteira do conhecimento, exigente e contínua; (b) a criação de quadros científicos e tecnológicos, bem como a disseminação do espírito dedutivo e experimental; (c) uma política de capilarização da informação e da capacitação tecno-científica, através de programas de educação, de difusão e de extensão (rural e industrial), programas que tornem familiar a convivência dos seres humanos com os seres criados pela tecnologia e pela ciência. Tais políticas públicas na modelam os sistemas educativos e, ao mesmo

tempo, interferem profundamente nas relações entre classes e grupos sociais, isto é, no ‘contrato social’ vigente.

MESA 3: “Qualidade na educação, formação e condições de trabalho”

Qualidade da educação, formação e condições de trabalho

Dalila Andrade Oliveira

Espera-se discutir questões relativas à nova regulação educativa na América Latina, em particular no Brasil, que afetam diretamente a profissão docente. Essa nova regulação traz significativas mudanças à gestão escolar e, por conseguinte às condições de trabalho nas escolas, o que tem resultado em reestruturação do trabalho docente. As discussões aqui trazidas são oriundas de resultados de pesquisas realizadas no contexto brasileiro, integradas a investigações em outras realidades nacionais na América Latina. Dentre as mudanças trazidas por nova regulação educativa, destacam-se duas dimensões: as diretamente relacionadas às relações de trabalho e de emprego e às que se referem à formação docente. A primeira dimensão refere-se às consequências que as mudanças na organização escolar – formas de ensinar e de avaliar – trazem diretamente para a organização do trabalho escolar, ou seja, o processo de trabalho, bem como aquelas que dizem respeito à carreira e a remuneração dos docentes, incluindo as formas de ingresso e de permanência. A segunda dimensão que se buscará explorar refere-se às consequências que as mudanças trazidas por nova regulação educativa têm trazido para a formação docente, seja nas demandas apresentadas pelos próprios docentes de atualização e capacitação em serviço quanto às respostas ao nível da legislação e normatização de diretrizes para os cursos de formação inicial. Considera-se que tais questões estão intimamente relacionadas à qualidade na educação, ainda que este tema mereça ser problematizado.

Formação inicial de professores e desafios da carreira docente

Bernadete A. Gatti

Propõe-se uma discussão sobre a formação inicial de professores no Brasil baseada em dois trabalhos de pesquisa que coordenamos: um realizado em 2008 (Gatti et alii, 2008, v. 1 e 2; Gatti e Nunes, orgs.,

2009), e, outro apoiado pela UNESCO, terminado em 2009 (Gatti e Barretto, 2009). Os propósitos são: 1. analisar o que se propõe atualmente como disciplinas formadoras nas instituições de ensino superior nas Licenciaturas presenciais em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas, visando delinear um panorama do que está sendo proposto de fato como formação nas instituições de ensino superior, identificando ênfases que lhes estão sendo atribuídas, semelhanças, diferenças, pertinências e adequação às demandas profissionais; 2. aliar a essa formação o conhecimento sobre o conjunto de alunos dessas licenciaturas, cujas características devem ser consideradas, uma vez que estas têm peso sobre as aprendizagens e os desdobramentos destas na atuação profissional; 3. apresentar o cenário de profissionalização e carreira que estará no horizonte próximo desses licenciandos, suas características e problemas, fechando o ciclo: atratividade da carreira – quem a procura – sua formação – impacto nas crianças e jovens – qualidade da educação.

Condições de trabalho docente e desafios e direito subjetivo à educação.

Heleno Araújo Filho

Como pressupostos para a qualidade da educação, a formação e o trabalho docente, juntamente com a dignidade salarial, a jornada compatível de trabalho em uma escola e a institucionalização de planos de carreira, representam os elementos indissociáveis para valorização da carreira dos profissionais da educação “professores, especialistas e funcionário de escola, de acordo com a nova redação do artigo 61 da LDB” e devem ser assegurados aos trabalhadores em educação, pelo poder público, na condição de direito para o exercício profissional (art. 206, v, VI, VIII e parágrafo único da CF), com vistas a possibilitar uma contraprestação de serviços que garanta o direito subjetivo de todos e todas à educação pública (gratuita e de qualidade) à luz de um projeto de desenvolvimento inclusivo, sustentável, democrático, autônomo e soberano para paz.

MESA 4: “Governar o Estado para a participação de entidades privadas na provisão, financiamento e gestão dos sistemas educativos na União Européia”

Governar o Estado para a participação de entidades privadas na provisão, financiamento e gestão dos sistemas educativos na União Europeia

Clementina M. Cardoso

A participação de entidades privadas comerciais e não-comerciais na gestão, financiamento, provisão, avaliação e inspecção da educação na União Europeia é consolidada através de parcerias, contratação directa, criação de serviços paralelos. Essa consolidação é mediada pelas condições histórico-político-económicas de cada país e o seu quadro de acção distingue-se das regras de decisão pública. As funções do Estado e o papel do governo alteram-se para acompanhar e estimular essa participação e os efeitos desta alteração são visíveis ao nível das regras da gestão, administração, financiamento e actividade reguladora que se reconfiguram como consequência da redefinição dos mecanismos de financiamento e do que se entende por autonomia escolar.

Sistema educacional, Estado e o direito à educação no contexto atual

Dermeval Saviani

A partir da constatação histórica da organização dos sistemas nacionais de ensino ao longo da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX e de seu papel na universalização do ensino fundamental e na erradicação do analfabetismo, o texto se propõe a analisar o papel do Estado na educação considerando dois aspectos: o carácter necessariamente público do sistema educacional e o dever do Estado de garantir o direito à educação. Como conclusão será evidenciado que a melhor maneira de se efetivar o direito à educação no contexto atual caracterizado pela globalização é a organização da educação na forma de sistema.

O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina

Pablo Gentili

O presente artigo analisa o complexo processo de produção social da exclusão e seus efeitos no direito à educação. O autor descreve e interpreta três dinâmicas que interferem na realização desse direito nos países da América Latina e no Caribe: a pobreza e a desigualdade estruturais;

a segmentação e a diferenciação dos sistemas nacionais de educação; e os sentidos que assume o direito à educação, numa cultura política marcada pelo desprezo aos direitos humanos e pela redução do valor da escolaridade aos efeitos que ela tem na concorrência pelos melhores postos no mercado de trabalho. O texto propõe redefinir a radicalidade do direito à educação como um direito humano fundamental, base para a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

MESA 5: “Educação Superior, expansão e qualidade: a EAD na tensão entre o público e o privado”

Ementa: Desde a sua origem em 2005, o projeto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado pelo Ministério da Educação teve, como principal objetivo, articular e integrar “um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil”. As pretensões do governo brasileiro relativas a esse programa não deixam de impressionar, pois a meta é a de que 30% dos estudantes brasileiros tenham acesso à formação superior até o ano de 2011. Para tanto, as políticas de expansão da chamada Educação a Distância (EAD) tornam-se cruciais, sendo que, não por acaso, recrudescem em várias regiões do território nacional não só as iniciativas públicas, como também as privadas, as quais concernem à implantação das práticas de EAD. Diante desse quadro, o objetivo principal dessa Mesa-Redonda: Educação Superior, Expansão e Qualidade: A EAD na tensão entre o público e o privado” é o de proporcionar o contato com subsídios teórico-metodológicos, apresentados por renomados pesquisadores (as), que certamente nos auxiliarão a compreender as tensões de âmbito educacional/formativo imanentes à EAD e aos seus desdobramentos tanto na esfera pública quanto na privada.

Educação a distância, inovação tecnológica e democratização do ensino superior

Maria Luiza Belloni

Dentre as mudanças sociais mais importantes nas sociedades contemporâneas cabe ressaltar o incrível progresso das tecnologias de

informação e comunicação (TIC), parte de um fenômeno mais amplo que se pode definir como uma *tecnificação intensa da vida humana*. Estas mutações tecnológicas exigem do indivíduo do século XXI novas competências comunicacionais e novos modos de aquisição do saber (aprender a aprender e re-aprender constantemente). As crianças chegam à escola com habilidades, conhecimentos e valores construídos com as TIC e ignorados pelos professores, cuja formação ignora as tecnologias, o que gera dificuldades de comunicação entre aprendentes e docentes. O crescimento quantitativo e qualitativo da demanda (cada vez mais pessoas querendo educar-se em áreas cada vez mais variadas) e a diversidade cultural, socioeconômica e cognitiva das populações estudantes exigem profundas transformações nos sistemas de educação, em suas finalidades sociais e estratégias, para responder às novas demandas. Neste contexto, a educação a distância aparece como uma nova solução, não apenas por responder às demandas quantitativas de democratização do acesso ao ensino superior, mas também por favorecer a integração das TIC aos processos educacionais em todos os níveis, possibilitando que os sistemas educacionais ofereçam um ensino mais sintonizado com as culturas das novas gerações e com as demandas da sociedade. As tendências mais prováveis no mundo hoje indicam uma convergência das duas modalidades de ensino (presencial e a distância) e sinergias positivas entre elas, com vantagens para ambas: o ensino convencional se beneficiaria com as inovações trazidas pela EaD e o ensino a distância seria beneficiado pela longa experiência acadêmica das universidades. Neste sentido, a proposta brasileira de uma Universidade Aberta construída por e nas universidades convencionais parece ser um caminho bastante adequado de ampliar a oferta e democratizar o acesso assegurando a qualidade acadêmica.

Expansão da educação superior e EaD: duas faces da mesma moeda

Kátia Morosov Alonso

A dinâmica de expansão do ensino superior no Brasil é marcadamente privada. Segundo dados do INEP, a educação superior brasileira é uma das mais privadas do mundo. No ano de 2006 dos 4.453.156 matrículas no ensino superior, aproximadamente 84% concentravam-se em instituições de natureza privada. Destas instituições 163 eram

universidades, 81 Centros Universitários, 119 Faculdades Integradas e 1.403 tabuladas como de pequeno porte – faculdades isoladas ou institutos. Com relação às matrículas, 52% delas concentravam-se nos cursos de administração, direito e pedagogia, respectivamente. Com a EaD a expansão não é diferente, no ano de 2000 o INEP anunciava a existência de 10 cursos de graduação, em 2003 de 52, atendendo cerca de 50.000 alunos. Em 2006 o INEP noticiava que entre os anos de 2003 a 2006 havia aumento de 571% de cursos a distância e de 371% no número de matrículas nessa modalidade. Em 2005 os alunos da EaD representavam 2,6% dos estudantes no nível superior, em 2006 de 4,4%. No ano de 2006, aproximadamente 200.000 alunos estudavam nessa modalidade de ensino. Os dados relacionados à participação dos alunos em instituições privadas e públicas não sofreram alterações significativas, bem como na distribuição em que estavam organizadas. Com base nesses dados é possível afirmar que a lógica da expansão do ensino superior brasileiro, é privatista, quantitativista e concentrada em determinadas áreas do conhecimento. A EaD não estaria, obviamente, alheia a tal fenômeno. Nesse contexto ela é tomada, emblematicamente, como um dos elementos problemáticos na expansão do ensino superior. Desatar a expansão da EaD da expansão no ensino superior brasileiro parece algo temeroso. Aprofundar a discussão sobre essa temática é importante no sentido de evidenciar os propósitos a que estão submetidas políticas de expansão do ensino superior no Brasil.

Educação superior, expansão e qualidade: a EAD na tensão entre o público e o privado

Jaime Giolo

O presente texto aborda a Educação a Distância brasileira no contexto da expansão da educação superior, verificada depois da LDB/1996. O foco da análise são as avaliativas e regulatórias do Estado e o contraponto político da iniciativa privada, donde derivam três grandes tensionamentos, a saber: a atração do privado sobre o público; o problema da qualidade no binômio educação presencial versus educação a distância; e, finalmente, a disputa Estado versus “sociedade”.

A EAD como recontextualização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC)

Raquel Goulart Barreto

A recontextualização como modo de aproximação da EAD nas circunstâncias concretas da sua produção no contexto brasileiro. As dimensões políticas e técnicas das formulações do MEC. Os movimentos de expansão e redução. As parcerias público-privadas no cenário educacional hegemônico e suas implicações para a produção de projetos alternativos.

Mesa 6: “Currículo: políticas de Estado e regulação”

Ementa: O tema desta mesa é o currículo enquanto instrumento de políticas voltadas para a disciplinarização e regulação social. Nessa perspectiva, a análise de projetos e práticas curriculares permite compreender a natureza e os sentidos de ações governamentais e de sujeitos que atuam fora da esfera estatal destinadas a promover tanto a reprodução e a manutenção da ordem como mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais. O foco principal dos debates é a investigação dos possíveis nexos entre determinadas construções curriculares e as transformações contemporâneas da sociedade brasileira.

Estudos em política de currículo

Elizabeth Macedo

Os estudos sobre política curricular no Brasil assumem, com frequência, perspectiva estado-centrica, privilegiando a interpretação de que as políticas são produzidas num nível central e traduzidas para a prática de forma mais ou menos competente. Nessa perspectiva encontram-se estudos, em sua maioria, marxistas, mas também abordagens pós-estruturais têm salientado os processos regulativos que se dão no âmbito das políticas curriculares. Sem desconhecer a sistematicidade do social e as relações desiguais de poder, quero defender que as estruturas sociais não possuem a capacidade de determinação que lhe tem sido atribuída pelas análises marxistas. Apoiando-me na leitura pós-estrutural do marxismo realizada por Laclau e Mouffe, entendo que a estrutura é descentrada, podendo se ampliar indefinidamente por meio da lógica da diferença. Trata-se, portanto, de uma estrutura que não possui objetividade e, especialmente importante para o estudo das políticas curriculares, incapaz de determinar posições de sujeitos. A política passa

a ser entendida como momento instituinte – parcial e incompleto, que impede qualquer totalização –, como uma teoria da decisão tomada no lugar indecidível da estrutura. Dessa forma, reintroduz na análise das políticas curriculares o sujeito como criador de sentidos.

Políticas curriculares, Estado e regulação

Álvaro Moreira Hypólito

O texto analisa as políticas curriculares desenvolvidas no contexto da globalização e do neoliberalismo que têm orientado as ações do estado no campo educacional, como forma de regulação social. Essas políticas produzem efeitos importantes para o campo educacional, com ênfase no currículo, na gestão e no trabalho docente. Por meio de estratégias de avaliação, tipicamente gerencialistas, o estado tem obtido êxito na padronização curricular, na implantação de políticas de formação docente e na submissão da escola e da educação aos interesses do mercado. Os modos de gestão, insistentemente mostrados como a solução para a educação, chegam às escolas como formas estranhas de administração e a cada dia mais se mostram ineficientes para enfrentar os problemas escolares. Contudo, essas políticas de regulação continuam sendo a tônica das políticas de estado para a educação.

Políticas de Estado e regulação social no campo do currículo

Alfredo José da Veiga Neto

As relações entre os Estudos de Currículo e as Políticas de Estado vêm sendo, há algumas décadas, abordadas e estudadas a partir de várias perspectivas teóricas. No Brasil, já existe até mesmo uma tradição, materializada numa grande quantidade de publicações que, desde os anos 1970, vêm se ocupando em tematizar tais relações. Algumas dessas produções, de acento funcionalista, outras – a maioria delas – filiadas à Teoria Crítica, o fato é que praticamente todas têm em comum o fato de assumirem aproblematicamente o papel regulador do currículo, a serviço dos interesses do Estado. Em outras palavras: o currículo é quase sempre pensado como uma (importante) peça da maquinaria escolar, a serviço de fabricar sujeitos o mais conformados possível aos ditames do Estado, sem que isso seja visto, na maioria dos estudos, como algo problemático ou problematizável. Isso tem sido assim até mesmo

nas versões teóricas que se consideram mais progressistas, críticas e libertadoras, seja em termos pedagógicos, seja em termos políticos. Tais constatações não implicam, é claro, que eu esteja fazendo algum juízo de valor sobre o que vem sendo produzido e colocado em circulação no meio pedagógico nacional. Não me interessa fazer aqui nem um inventário nem, muito menos, uma avaliação de tal produção e de tal circulação. Meus interesses são de outra ordem. Em primeiro lugar e partindo da *consonância* entre a escola e o modelo de Estado-Nação – que se estabeleceu na Europa, a partir dos séculos XVII e XVIII –, quero apontar o *atrelamento* da grande maioria daquelas investigações a esse modelo. Mesmo os estudos mais críticos – às versões liberais ou neo-liberais que se estabeleceram nos Estados modernos –, quase todos eles ou silenciam sobre tal atrelamento ou, até mesmo, celebram com um certo otimismo o modelo Estado-Nação e defendem a escola como a principal instituição capaz de contribuir para a realização do modelo. Dado o caráter de invenção que têm tal modelo e a própria maquinaria escolar que se põe a seu serviço, penso que é preciso colocar tudo isso sob suspeita. A suspeita não significa, certamente, assumir *a priori* que tal modelo e a sua máquina sejam ruins ou devam ser rejeitados; trata-se, tão somente, levar a análise e a crítica às suas últimas consequências, num exercício de “tornar difíceis os gestos fáceis demais”. Nesse caso, “últimas consequências” significa até mesmo identificar, no que concerne às práticas de regulação social colocadas em movimento pela escola, a grande semelhança que existe entre as propostas curriculares em regimes políticos vistos tradicionalmente como muito diferentes: monárquicos, democráticos, republicanos, fascistas, socialistas, comunistas etc. (Ramos do Ó, 2003). Em segundo lugar, quero trazer para o contexto dessas discussões os aportes que nos proporcionam os cursos que Michel Foucault ministrou no *Collège de France*, na segunda metade da década de 1970, e que só recentemente começaram a ser publicados na França e no Brasil. De fato, as ferramentas conceituais bem como as análises econômicas e políticas que o filósofo desenvolve sobre o papel do liberalismo e do neoliberalismo (em suas conexões com o Estado-Nação) não apenas permitem ressignificar radicalmente algumas leituras tradicionais no campo dos Estudos de Currículo como, também e conseqüentemente, podem contribuir de maneira significativa para repensarmos novas políticas e práticas educacionais na Contemporaneidade. Em termos muito resumidos, o que

se coloca a partir desses novos *insights* é o entendimento de que o Currículo funciona como poderosa e radical máquina de regulação social, sempre a serviço dos interesses maiores do Estado, independentemente do regime econômico e da forma econômica “implantados” em diferentes Estados-Nação. É justamente nesse horizonte que se situam as investigações que vêm sendo desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo e Pós-Modernidade (GEPCCPós/UFRGS), por mim coordenado. É também por aí que me parece desafiador caminharmos para uma crítica radical do currículo.

MESA 7 : “Educação e crise: perspectivas para o Brasil”

Ementa: Esta mesa redonda pretende debater as perspectivas para a educação brasileira frente a um cenário de crise. Será problematizado o próprio tema da crise e, de modo especial, as políticas recentes para a educação básica e para a educação superior, em especial no tocante às políticas públicas e ao financiamento da educação.

A expansão do ensino superior no Brasil: exame de opções de política

Romualdo Portela de Oliveira

O trabalho buscará caracterizar o impasse vivido atualmente no Brasil acerca da crescente demanda por ensino superior, particularmente, por ensino estatal e, ao menos, gratuito. Examinará os alcances e limites das principais alternativas em disputa. Entre estas mencione-se o PROUNI, o FIES, as iniciativas de expansão do setor público e as iniciativas de mercado, concluindo com a apresentação de possibilidades de reforma do setor público para dar conta da demanda.

As condições mínimas e as condições ideais para a escola de qualidade

José Marcelino de Rezende Pinto

A apresentação ressalta as principais fontes de financiamento da educação no Brasil e aponta para o pequeno valor dos gastos por aluno no sistema público, quando comparado com a rede privada ou com a situação de outros países. Finalmente, apresenta-se uma simulação sobre

o valor necessário para se garantir um padrão mínimo de qualidade de ensino como determina a legislação brasileira. Mostra-se a necessidade de se dobrar o gasto em relação ao PIB nos próximos 10 anos.

Educação e crise: perspectivas para o Brasil

Carlos Roberto Jamil Cury

A exposição pretende discorrer sobre as iniciativas legais voltadas para a educação, desde 2003, e cujos conteúdos representam um modo de enfrentar a crítica situação da educação nacional. Constata-se a iniciativa governamental em propor e aprovar emendas constitucionais, leis ordinárias, decretos, entre outros, no sentido de dar uma resposta aos desafios de uma educação escolar de maior qualidade. Trabalha-se com a perspectiva de encontrar no rol da legislação uma tendência publicista que, sem intervir na liberdade de ensino, indica uma maior presença do Estado na educação escolar.

Democratização e qualidade social da educação superior

José Dias Sobrinho

Apresentar algumas das principais tendências da “modernização” e da “democratização” da educação superior que estão em curso na educação superior brasileira, com ênfase nos processos de mercantilização e nos impactos da globalização econômica e da sociedade da informação; discutir as contradições entre as concepções de educação como bem público-social ou como mercadoria; em especial, tematizar as noções de qualidade social, pertinência e equidade e relacioná-las com a democratização do acesso, condições de permanência e desenvolvimento humano.

Mesa 8: “Entidades Científicas no campo da educação: história, crises e ações concertadas”

Ementa: Avaliar trabalhos das entidades, dificuldades e possibilidades, considerando seu comprometimento histórico, frente aos atuais desafios da educação brasileira.

PAINEL 1 - DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO

Painel de Pesquisas em Educação 1

**Profissão professor: enorme importância social,
escassa valorização profissional.**

Elba Siqueira de Sá Barretto (FCC, USP)

Os professores constituem um dos grupos mais numerosos no universo das ocupações brasileiras. Pelo seu número e pelo volume de recursos públicos que mobilizam, de vez que são majoritariamente empregados pelo Estado, assim como pelo papel social, político e cultural que desempenham, visto que responsáveis pelo processo de socialização das crianças e jovens realizado crescentemente pela via escolar, constituem uma das categorias profissionais mais importantes para se entender as mudanças contemporâneas da sociedade. O aumento de sua importância na dinâmica social vem, contudo, acompanhado da perda de prestígio de seu trabalho, que decorre da crise da escola em face da universalização da escolaridade e da diminuição do valor relativo dos certificados que ela fornece, bem como da perda do monopólio que detinha a instituição escolar sobre a transmissão do saber autorizado. Os baixos salários e as limitadas possibilidades de ascensão na carreira docente são, por sua vez, fortemente limitados pelas dotações orçamentárias para o setor educacional.

Esse quadro, já conhecido dos que trabalham com a educação, é traçado com informações de caráter censitário que lhe conferem abrangência nacional. Permitem também examinar as segmentações existentes na profissão em termos regionais e de acordo com os níveis de ensino, a dependência administrativa das escolas básicas, o sexo e a cor dos docentes. Foi realizado em pesquisa patrocinada pela UNESCO e possibilita a sugestão de políticas que contemplem as diferentes dimensões que compõem o trabalho do professor: Gatti, B. e Barretto, E. S. de S. (coord.). Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília, UNESCO, 2009.

**Avaliação educacional:
entre a responsabilização e a negociação**

Luiz Carlos Freitas

As políticas públicas educacionais relativas à avaliação - na esfera do Estado de São Paulo e na esfera do Governo Federal - estão marcadas, ambas, pela teoria da responsabilização (accountability). O pouco que se exercitou enquanto uma política pública que contrariasse as teses da “prestação de contas” liberais em alguns Estados e/ou municípios administrados pelo PT não chegou ao Governo Federal em seus quase oito anos de governo. Entretanto, serviu pelo menos para criar um campo contraditório demarcador da possibilidade de se articular uma outra forma de se arquitetar os sistemas de avaliação educacionais. Com vários adjetivos - emancipador, participativo, democrático, etc. - esta vertente tem procurado colocar em evidência que a escola é um organismo complexo e está perpassada por vários atores e múltiplos focos de interesse. Neste nosso trabalho, com o intuito de contrapor-nos à verticalidade do projeto liberal de avaliação, vamos enfatizar a categoria da “negociação” como centro da articulação de um projeto alternativo de avaliação para as escolas. Trata-se de confrontar as teses da responsabilização e da negociação e examinar possibilidades para se fortalecer a escola que ao se apoderar de seus problemas e demandar, cria perspectivas para contra-regular, quando apropriado, as próprias políticas públicas.

Parcerias na gestão da escola básica nos anos 1990: continuidades e novas configurações

Sandra Zákia Souza, Carmem Sylvia Moraes & Lúcia Bruno

O propósito da exposição é apresentar resultados de três pesquisas realizadas nos anos 1990 que se voltaram a compreender iniciativas de parcerias entre empresas privadas e escolas públicas, estabelecidas sob o suposto de promover o aprimoramento do trabalho escolar. Uma pesquisa, de caráter abrangente, tratou de mapear e caracterizar as parcerias escola-empresa no estado de São Paulo e duas caracterizaram-se por estudos de caso, a fim de compreender, com mais profundidade, ações e experiências desenvolvidas pela Câmara Americana de Comércio e pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais. A motivação para desenvolvimento destes estudos foi o reconhecimento de que tais iniciativas eram expressões, naquele momento, de redefinições entre o público e o privado na educação, evidenciando uma nova configuração do Estado e sua tradução em proposições relativas à gestão educacional. A partir de uma análise das contribuições trazidas por estes estudos, pretende-se

demarcar movimentos e desdobramentos da relação público-privado na educação básica.

Painel de Pesquisas em Educação 2

A compreensão de políticas nas pesquisas nos/dos/com os cotidianos - para além dos processos de regulação

Nilda Alves

A compreensão de políticas como práticas coletivas, em contextos cotidianos. As múltiplas relações de 'praticantes' nas redes cotidianas de conhecimentos e significações. A preocupação com as ações políticas em rizomas – os desafios à sua compreensão. A indicação de processos possíveis: os contextos de formação de professores e a idéia de 'docentesdiscentes', na contemporaneidade.

Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente?

José Roberto Ruz Peres

Objetiva-se analisar e discutir a importância da implementação de políticas educacionais com base estudos longitudinais efetuados em municípios paulistas.

SESSÕES DE COMUNICAÇÃO

Dia 01/12/09

Eixo 1

Sala 1 (Faculdade de Educação - ED 11)

Coordenadora: Vera Rossi (CEDES, UNICAMP)

Pós-graduação lato senso: território do livre mercado?

Luciana Torres

Este texto tem como objetivo analisar a posição da pós-graduação *lato sensu* dentro das políticas de pós-graduação no Brasil, suas funções, concepção, avaliação e relação com as outras formas de pós-graduação *stricto sensu*. A tese defendida é a de que o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil foi direcionando-a para um território de livre comércio, foi transformando-a em uma mercadoria-educação, apesar de diversos documentos legais demonstrarem um esforço aparente de regulamentação e definição. Através do exame da legislação competente mais recente, a Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007, a Resolução nº 5, de 25 de setembro de 2008 e o Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010) em comparação com as legislações anteriores, procuramos identificar os pontos contraditórios e as lacunas que ainda persistem com relação à regulamentação desse nível de ensino. Em conclusão, até o ponto que foi possível analisar, apontamos uma tendência em manter o caráter mercantil que cerca esse campo do conhecimento.

Palavras-chave: Pós-graduação. *Lato sensu*. Legislação. Mercado. Formação de professores.

Parcerias público-privada na educação: um estudo sobre o voluntariado empresarial

Aline Barbosa de Miranda & Maria Vieira da Silva

Este artigo tem como propósito analisar dispositivos concernentes às novas configurações das relações entre as esferas pública e privada mediante os processos de reestruturação do Estado. Para tanto, será problematizada a expansão do terceiro setor e os impactos de suas ações nas comunidades por meio do trabalho voluntário empresarial. O estudo evidencia por meio de dados empíricos os nexos entre o trabalho voluntário e os mecanismos de super-exploração do trabalhador no atual ciclo do capital; como se processa o trabalho desenvolvido pelos voluntários nas empresas e seus impactos na educação; assim como busca elucidar as novas modalidades de utilização do tempo de trabalho no contexto da reestruturação produtiva. Mediante a realização do estudo foi possível apreender que as políticas neoliberais, aliadas ao processo de globalização do capital e aos novos modos de gestão de pessoal das empresas, estão resultando na afirmação de novas formas de controle do trabalhador, por meio de políticas coercitivas, além de instaurarem

no âmbito escolar a lógica empresarial pautada no darwinismo social e na meritocracia.

Palavras-chave: Parcerias público e privado. Trabalho voluntário. Educação.

ONGs e escolas públicas básicas a visão de docentes e educadores sociais

Daniel Monteiro da Silva

Diante do aumento considerável do número de organizações não-governamentais (ONGs) que se apresentam como eventuais parceiras no oferecimento de atividades educacionais paralelas ou complementares a escola pública na cidade de S. Paulo, esta pesquisa pretende explicitar em que nível se encontram as relações entre ONGs e escolas públicas básicas. A constatação de relação contraditória que algumas ONGs mantêm com a escola pública, explicitada no fato de, ao pretender contribuir com a escola, algumas destas organizações, na formulação de seus programas, ao mesmo tempo em que estimulam os estudantes a frequentar escolas, invalidam as ações por estas realizadas. Tais condutas têm contribuído para suscitar oposições entre ONGs e escolas públicas, traduzidas por exemplo, nas atitudes dos estudantes que demonstram interesse, comprometimento e engajamento nas ONGs e apatia, desmotivação e extrema aversão à escola. A falta de uma legislação específica, o excesso de discursos e a pouca visibilidade dos atores que efetivam a parceria ONG – escola, escondem o estado atual desse relacionamento. Docentes de escolas públicas que atuam simultaneamente em projetos sociais de ONGs são atores privilegiados dentro deste contexto.

Palavras chave: Educação básica. Educação não-formal. Projetos sociais. ONGs.

Percursos da ANFOPE Paraná na valorização dos profissionais da educação algumas reflexões

Cláudia Chueire de Oliveira & Eliane Cleide da Silva Czemisiz

Neste texto objetivamos discutir elementos da política do ensino superior e da formação de professores. A análise tem origem em dados de um projeto de pesquisa em ensino concluído onde participamos

como docentes da Universidade Estadual de Londrina e representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE. Com base em pesquisa e discussão bibliográfica destacamos os princípios defendidos pela ANFOPE, o norteamento das políticas educacionais para o ensino superior realizada a partir de 1990, a relação com a proposta de educação para todos bem como para o desenvolvimento econômico. Com base nesse processo discutimos a proposta de formação de professores pautada no desenvolvimento de competências focada na realização de tarefas e adaptação ao projeto societário capitalista. Como resultados enfatizamos a necessidade de discussões e reflexões sobre a formação de professores no ensino superior visando destacar as contradições do processo como caminho possível para que seja gestado um projeto contra-hegemônico.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Ensino superior. Formação de profissionais da educação.

Docência na universidade privada: entre trabalho e o emprego

Eliane Aparecida de Paula Silva Amorim

Este estudo tem como foco principal de investigação a verificação da heterogeneidade da(s) prática(s) de trabalho do professor das universidades privadas.

O meu objeto de pesquisa são os professores das duas universidades privadas da cidade de São José dos Campos, a Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e Universidade Paulista (UNIP). No universo dos professores das universidades pesquisadas, escolhi professores dos cursos de Direito, Administração de Empresas e Pedagogia.

Desta maneira, a partir da coleta e análise dos depoimentos dos professores entrevistados, procurou-se evidenciar não só o sujeito em relação a ele mesmo, mas também como o trabalho docente é influenciado pelo tipo de instituição onde ele é realizado.

Palavras-chave: Universidade privada. Trabalho. Emprego.

Fundações de apoio às universidades e qual seu sentido para o Estado?

Fernando Henrique Protetti & José Vaidergorn

Este trabalho tem como objetivo, introduzir a discussão sobre os sentidos atribuídos pela esfera estatal às fundações de apoio às universidades públicas, possíveis a partir do processo de reforma do Estado brasileiro na década de 1990, especialmente no octênio dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2001). Neste sentido, a partir da fundamentação teórico-metodológica da Sociologia Compreensiva de Max Weber, primeiramente realizamos a construção sócio-histórica do modelo típico-ideal da concepção gerencial de administração do Estado, segundo as referências teóricas de Bresser Pereira, acerca das temáticas sobre a “reforma do Estado” e a “administração gerencial”. No segundo momento, o trabalho investiga e analisa o conceito de “fundação”, a partir de pesquisa documental e bibliográfica, com o escopo de estabelecer uma tipologia das diferentes ações sociais da entidade fundacional. Posteriormente, com uma melhor clareza sobre o conceito de fundação, apresentamos alguns pontos de intersecção entre as fundações de apoio às universidades públicas e os fundamentos da concepção gerencial, no âmbito do debate da educação superior sobre a tensão do público e privado.

Palavras-chave: Fundações de apoio. Administração gerencial. Reforma do Estado e educação superior.

Sistemas apostilados nas escolas municipais: uma abordagem política

João Ernesto Nicoletti

O tema a ser discutido nesta ocasião faz parte de minha pesquisa de mestrado que originou a dissertação intitulada *Ensino Apostilado na Escola Pública: Tendência Crescente nos Municípios da Região de São José do Rio Preto - SP*. Tal pesquisa objetivou investigar como ocorre a contratação de sistemas privados de ensino para fornecimento de apostilas a alunos e treinamento de professores da rede municipal de Ensino Fundamental da região de São José do Rio Preto. No trabalho aqui apresentado, dispensei especial atenção ao viés político que se faz presente nesta modalidade de parceria e a forma de abordagem do assunto por parte da mídia. A investigação demonstrou que se trata de uma tendência crescente, uma vez que desde a primeira contratação, ocorrida no ano de 1999, constatei a realização de 18 contratações até 2006,

sendo que 12 delas ocorreram nos últimos dois anos analisados (2005/2006). A análise da legislação e dos documentos indicou que há legalidade nessa contratação, todavia não se pode ainda afirmar que tal modelo de ensino melhorou as escolas municipais, pois se por um lado considera-se que a escola está mais organizada, principalmente nos aspectos relativos ao conteúdo; por outro, sua autonomia pedagógica encontra-se cada vez mais restrita.

Palavras-chave: Ensino apostilado. Sistemas privados de ensino. Política e educação.

Sala 2 (Faculdade de Educação - ED 10)

Coordenadora: Ernesta Zamboni (CEDES, UNICAMP)

Oferta de cursos de especialização no Distrito Federal na modalidade EAD no período de 2000 a 2006

Beatriz Pereira Batista de Souza

O presente trabalho apresenta os resultados de pesquisa realizada a respeito da temática Cursos de Especialização *Lato Sensu* no contexto da política de educação superior no Brasil, com foco na realidade do Distrito Federal (DF). O objetivo do estudo foi compreender as principais tendências evidenciadas na oferta desses cursos no DF, na modalidade da educação à distância, no período entre 2000 e 2006. Os cursos de *Lato Sensu* segundo a Resolução CNE/CES nº 01/2001 e o Parecer CFE nº 977/1965 são cursos de pós-graduação voltados para a especialização, a fim de oferecer continuidade na formação científica e tecnológica. A partir desses conhecimentos e levando em conta a modalidade de educação a distância, que vem ganhando espaço cada vez mais na educação superior como forma de se ampliar e dar continuidade na formação de profissionais, a pesquisa vem contribuir na investigação e na compreensão dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* a distância.

Palavras-chaves: *Lato Sensu*. Distrito Federal. Educação a distância

A parceria público-privada na aquisição de 'sistema de ensino' no município paulista de Ipeúna

Alessandra Aparecida Cain

Este trabalho investigou e analisou a implantação e as conseqüências da parceria público-privada no município de Ipeúna, Estado de São Paulo, quanto à compra de 'sistema de ensino'. Partindo do pressuposto que, a política do governo estadual de Mário Covas, ratificada nacionalmente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), induziu a municipalização do ensino fundamental e em decorrência houve a ampliação de parcerias público-privadas. Considerou-se neste trabalho o levantamento de dados demográficos, financeiros e educacionais, realização de entrevistas semi-estruturadas, consultas aos *sites* governamentais. No estudo de caso verificou-se que houve alterações na política educacional municipal, alterou-se o 'lôcus' decisório quanto à seleção e organização dos conteúdos curriculares e quanto à formação de professores, transferindo-os para o 'sistema de ensino'.

Palavras-chave: Municipalização do ensino. Parceria público-privada. Sistema de ensino apostilado.

Parceria público-privada na educação: a reestruturação produtiva e a reforma do aparelho do Estado com estimuladores

Deive Bernardes da Silva

Este estudo pretende analisar, em âmbito educacional, como a reforma do Estado de 1995 e a reestruturação produtiva estimularam, legalmente, as parcerias entre as esferas pública e privada, ou seja, um dos novos vínculos entre a educação e o terceiro setor. Nesse sentido, os mecanismos legais de atuação determinam o nascimento de um outro ator social, denominado OSCIP que, por uma perspectiva gerencial, poderá assumir papéis educacionais dantes de responsabilidade direta do Estado. Por isso, a relevância de se investigar, numa interpretação mais dialética, se há possibilidade constitucional dos deveres sociais públicos, como o educacional, serem viabilizados por essas organizações não-governamentais ou se há terceirização da educação por vias oblíquas. Desse modo, o objetivo deste trabalho será analisar a estimulação legal da parceria público-privada na educação. A investigação com resultados parciais foi conduzida por pesquisa teórica e documental, com intuito exploratório na familiarização com o tema, sendo os procedimentos metodológicos bibliográficos.

Palavras-chave: Educação. Parcerias público-privadas. Reforma do Estado.

O lugar da educação infantil na sociedade contemporânea

Jodete Fullgraf

O estudo busca identificar se, e como, a influência do UNICEF incide sobre a política de educação infantil brasileira, na perspectiva da agenda globalmente estruturada, tal como definida por Roger Dale. Focaliza as iniciativas de política educacional no âmbito federal, durante a primeira gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Busca pontuar em que medida a elaboração e implementação do programa Família Brasileira Fortalecida pela Educação Infantil, do UNICEF/MEC, podem ser interpretadas como constituindo uma tradução para o contexto brasileiro de dinâmicas e processos transnacionais. Demonstra as complexas relações existentes entre formulação e implementação das políticas educacionais. Na área da educação infantil, estas relações também apresentam complexidades, tendo em vista que as ações do Estado e da sociedade civil são marcadas por confrontos, conflitos, convergências e divergências. Com base nas análises desenvolvidas, o estudo sustenta que o protagonismo do UNICEF influencia a política de educação infantil, ao mesmo tempo em que enfraquece o que preconiza a legislação brasileira. O estudo revela como a agência tem desenvolvido uma relação simultânea de legitimação e mandato com o Estado brasileiro. As análises também evidenciam que a relação entre o governo brasileiro e as organizações internacionais não acontece de forma unilateral, uma vez que essas influências estão sujeitas a recontextualizações e reinterpretções, o que confirma que há sempre uma relação dialética entre global e o local.

Palavras-chave: Estado e sociedade. UNICEF. Educação infantil.

Oferta educacional e parceria com o setor privado e para compra de sistema de ensino apostilado: uma análise nos municípios paulistas com até 10.000 habitantes

Lucilene Rossi

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar a tendência na adoção de parceria entre prefeituras municipais e empresas privadas para a compra de material apostilado nos municípios paulistas com até 10.000 habitantes para o atendimento exclusivo do ensino fundamental. A

pesquisa envolveu a coleta, a sistematização e análise dos dados a respeito de dezesseis municípios paulistas, bem como dos dados das parcerias presentes nos mesmos, buscando traçar um perfil destes municípios no período de 1996 a 2006. Esses dados tiveram como principal fonte o banco de dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo”. A análise bibliográfica também esteve presente no trabalho e possibilitou o suporte teórico do mesmo. O trabalho apresentou que a combinação de alguns fatores, tais como: fragilidade financeira, municipalização do ensino fundamental, programa partidário e “marketing” das empresas gerou a grande expansão de parcerias público-privado para aquisição de sistemas de ensino apostilados nos municípios com até 10.000 habitantes.

Palavras-chave: Municipalização do ensino. Parceria. Municípios paulistas.

A expansão do ensino superior público e privado no Brasil transição FHC

Marcos José Vale

O presente estudo se propõe analisar, por meio de pesquisa bibliográfica e análise de dados oficiais, as políticas públicas de acesso ao ensino superior com. Para isso, fez-se necessário compreender o direcionamento dado às políticas educacionais no país, por meio de apanhado histórico de passagens importantes relacionadas às políticas voltadas para a educação no país, a relação entre a oferta do ensino superior público e privado, finalizando com a interpretação dos resultados de expansão desse segmento, obtidos durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Feitas análises dos dados relacionados à ampliação do potencial de alunos oriundos do ensino médio e sua evolução, no direcionamento de ações que contemplam demandas da oferta privada de ensino superior, visando atender ao preenchimento de suas vagas ociosas. O estudo é relevante à medida que desperta atenção para a condução das políticas públicas e através da influência de interesses particulares externos e internos, resultando em alterações que em longo prazo podem tornar-se fontes de novos problemas devido à forma de subsídio, implicando diretamente na arrecadação

de recursos do governo, principalmente quanto à ampliação da oferta pública e da qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

As parcerias público-privada na oferta da educação infantil: o caso das creches conveniadas no município de São Paulo

Paulo Rogério Batista, Raissa de Oliveira Chapaz & Ana Paula Nascimento

Tem se tornado cada vez mais comum notícias na mídia referentes ao processo de transferência de responsabilidades do setor público para organizações e entidades privadas, visando a melhoria de qualidade e agilização no atendimento à população, em função de uma suposta morosidade, incompetência e desatualização científica e tecnológica dos setores públicos estatais. O município de São Paulo é exemplo disso, em especial no atendimento às crianças na Educação Infantil em creches. Esse processo de *conveniamento* adotado pela SME, comparado a outros municípios, não se apresenta como alternativa barata. Assim é natural inferir que o ensino nessas escolas primem pela qualidade no que se refere aos aspectos físicos, administrativos, pedagógicos. Porém análises preliminares não revelam isso. Essa opção política adotada pela prefeitura é contraditória, e a solução encontrada foi desresponsabilizar o poder público quanto ao comprometimento do gasto com pessoal, ou seja, *conveniamento* sistemático, crescente e rápido com unidades privadas.

Palavras-chave: Creches conveniadas. Parcerias público-privada. Políticas públicas.

Eixo 2

Sala 1 - Faculdade de Educação - Auditório da Biblioteca

Coordenadora: Adair M. Nacarato (CEDES, UNICAMP)

Aportes da teoria histórico cultural para a formação de uma gestão escolar bem sucedida.

Alexandre Lucena Lobo & José Carlos Libâneo

O texto apresenta considerações teóricas a respeito da aplicação da teoria histórico-cultural da atividade às organizações escolares, com

vistas a obter elementos para uma proposta de gestão de escolas. A teoria em questão possibilita apreender a organização escolar como sistema de atividades em que as pessoas compartilham motivos, idéias, valores, em práticas construídas social e culturalmente, em meio a contradições internas como fontes de mudança e desenvolvimento. Para, além disso, aponta práticas reflexivas ao gestor escolar como sujeito propulsor de uma escola emancipatória envolvendo processos de aprendizagem pela participação.

Palavras-chave: Gestão escolar. Teoria histórico-cultural da atividade. Papel do gestor.

Avaliação externa: limites e possibilidades

Ana Lúcia Garcia & Andréia Melanda Chirinéa

A avaliação externa tem se constituído em uma política com presença marcante na escola pública atual como um meio de garantir ou assegurar a qualidade do ensino. Partindo de uma necessidade que o Estado tem de avaliar o ensino que oferece, a avaliação vai além, servindo para atender às exigências dos organismos internacionais em um contexto marcado pela retirada do Estado com políticas públicas de cunho neoliberal. Na escola, a avaliação tem sido objeto de muita discussão entre os professores e demais profissionais da educação causando muita polêmica. Assim, este trabalho tem por objetivo investigar uma realidade escolar com destaque para figura e o papel do diretor neste cenário, analisando o que é ou poderia ser feito com os dados da avaliação, como lidar com esta exigência e como mobilizar a equipe escolar em torno de um objetivo comum. Para isso, é preciso compreender o contexto em que a avaliação externa se consolidou e retomar reflexões acerca da função e objetivos da escola na sociedade atual. Além disso, as impressões e ações de outros sujeitos envolvidos também serão enfatizadas, como a atuação dos professores na avaliação e preparo dos alunos para este momento da prática escolar. Está sendo realizada uma pesquisa qualitativa, mais especificamente um estudo de caso em uma escola da rede estadual do município de Cafelândia/SP. Além do contato direto do investigador com a realidade investigada, pretende-se realizar entrevistas semi-estruturadas com o diretor, professor coordenador e professores, assim como um levantamento e estudo da bibliografia que aborda esta temática.

Palavras-chave: Avaliação externa. Qualidade de ensino. Política e reformas educacionais.

O índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) e os fatores associados para a qualidade na educação

Andréia Melanda Chirinéa & Ana Lúcia Garcia

As discussões sobre a qualidade na área da educação no Brasil suscitam muitas questões, dentre elas, a avaliação externa, como a forma encontrada pelo Estado para qualificar as escolas. No entanto é preciso refletir sobre, além da qualidade, a interpretação dada aos resultados da avaliação: a quem ela serve? O projeto de pesquisa em andamento pretende investigar os fatores associados para a qualidade da educação de duas escolas do interior do estado de São Paulo, buscando compreender as dinâmicas de avaliação externa que orientam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Deste modo, a questão na qual se apóia esta pesquisa é: Quais fatores contribuem para o êxito no processo educacional?

O projeto caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e as opções de coletas de dados para a pesquisa resumem-se em entrevistas semi-estruturada, observação e análise documental. Por se tratar de uma pesquisa em andamento os resultados ainda são parciais, e estão sendo desvelados na medida em que o estudo se realiza, na busca de compreender melhor as questões que norteiam a qualidade na educação e o desempenho estudantil apontado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. É possível delinear alguns caminhos que assinalam a avaliação externa como um mecanismo de controle via testes padronizados, que julga e sentencia, inclusive prejudicando e punindo (pelo não repasse de verbas), escolas e sistemas de ensino por seu “nível de qualidade”. Outra constatação diz respeito aos parâmetros de eficiência, eficácia e produtividade, que são na verdade, uma internalização da lógica mercantil para o interior da escola.

Palavras-chave: Qualidade educacional. Avaliação externa. Índice de desenvolvimento da educação básica.

Programas de aceleração na aprendizagem: a dualidade quantidade e qualidade na reorganização da trajetória escolar.

Maria de Fátima Matos de Souza & Maria Jose Alves do Rosário

O presente estudo teve por objetivo analisar as diretrizes do Programa de Aceleração da Aprendizagem e o que foi efetivamente realizado;

identificando as rupturas e continuidades na proposta pedagógica. Metodologicamente o estudo se pautou em uma abordagem qualitativa. Os dados foram levantados a partir de documentos oficiais da SEMED, entrevistas com professores e gestores, observações feitas em cursos de qualificação para professores do programa. Os principais resultados apontam que o Programa é norteado por uma proposta pedagógica taylorista, visto que a qualidade do ensino pode ser traduzida pela quantidade de alunos acelerados; constata-se ainda a desigualdade e o processo de exclusão vivida por alunos e professores do Programa em função da discriminação na escola por alunos que frequentam a classe de aceleração. O trabalho finaliza chamando a atenção para a fragilidade e inconsistente do Programa e da política de correção da defasagem idade/série, uma vez que ele não conseguiu atender a toda a demanda já existente em 1997, aponta ainda a necessidade de superação de políticas educacionais isoladas que acabam por serem discriminadas dentro da escola em função de não haver o conhecimento e engajamento da comunidade escolar.

Palavras-Chave: Aceleração. Discriminação. Política educacional.

Formas de organização do trabalho pedagógico em escolas multisseriadas: possibilidades, alternativas e inovações nos tempos e nos espaços escolares

Claudia da Mota Darós Parente

Analisa as formas de organização do trabalho pedagógico das escolas públicas multisseriadas de Sergipe, buscando evidenciar as inovações temporais e espaciais de escolas que aderiram ao Programa Escola Ativa do Ministério da Educação. Nas últimas décadas, as tensões entre o rural e o urbano e as reivindicações dos movimentos sociais pela terra e pela educação acentuaram-se. Decorrem disso, a formulação de referências, propostas, programas e diretrizes específicas para as populações do campo. A pesquisa conduzirá à visualização da materialidade da escola, podendo servir de base para a formulação de políticas públicas para a educação do campo. Pretende evidenciar práticas, metodologias e formas de organização escolares que busquem superar as adversidades do campo, conduzindo a novos currículos, práticas e concepções de educação. A montagem do banco de imagens e do banco de experiências escolares inovadoras, por meio do estudo de casos, possibilitará captar de forma mais aproximada e detalhada os processos de produção de inovação na sala de aula/escola.

Palavras-chave: Organização do trabalho pedagógico. Inovação educacional. Escolas multisseriadas.

A democratização do ensino: quantidade e qualidade

Clóvis Edmar Paulino

Nesta reflexão se faz uma crítica na forma de entender a democratização do ensino apenas pela qualidade do ensino em detrimento da quantidade do ensino, quando essa quantidade é a garantia de vagas educativas para todos. Essa reflexão contribui com o debate do eixo da quantidade e qualidade na educação brasileira ao resenhar, com foco nesse eixo, o pensamento pedagógico de José Mario Pires Azanha. Alerta-se para o fato de não se ter como priorizar a qualidade em detrimento da quantidade, pois, não se pode postergar para sempre a dívida de vagas para todos na escola pública. A democratização do ensino ocorre quando há garantidas vagas para todos, e uma mesma qualidade de ensino seja estabelecida, igualmente, para todos.

Palavras-chave: Democratização. Ensino. Qualidade.

As parcerias público-privada na oferta da educação infantil: o caso das creches conveniadas no município de São Paulo

Paulo Rogério Batista, Raissa de Oliveira Chapaz & Ana Paula Nascimento

Tem se tornado cada vez mais comum notícias na mídia referentes ao processo de transferência de responsabilidades do setor público para organizações e entidades privadas, visando a melhoria de qualidade e agilização no atendimento à população, em função de uma suposta morosidade, incompetência e desatualização científica e tecnológica dos setores públicos estatais. O município de São Paulo é exemplo disso, em especial no atendimento às crianças na Educação Infantil em creches. Esse processo de conveniamento adotado pela SME, comparado a outros municípios, não se apresenta como alternativa barata. Assim é natural inferir que o ensino nessas escolas primem pela qualidade no que se refere aos aspectos físicos, administrativos, pedagógicos. Porém análises preliminares não revelam isso. Essa opção política adotada pela prefeitura é contraditória, e a solução encontrada foi desresponsabilizar

o poder público quanto ao comprometimento do gasto com pessoal, ou seja, conveniamento sistemático, crescente e rápido com unidades privadas.

Palavras-chave: Creches conveniadas. Parcerias público-privada. Políticas públicas.

Sala 2 - Faculdade de Educação - sala da Congregação

A reorganização da escola do ensino fundamental: uma experiência de organização escolar em ciclos

Rosana Cristina Carvalho Fraiz

A organização escolar seriada prevalece no Brasil desde o século XIX e ainda demonstra sua força estando consolidada nas concepções de educadores, pais e alunos. Diferentes experiências tem sido implantadas desde a década de 60, buscando romper com a seriação. A partir da década de 90, surgem as propostas de alteração na organização dos espaços e tempos escolares, cujo eixo central passa a ser os ciclos de desenvolvimento ou formação humano. Para a descrição e análise da implantação da organização escolar em ciclos de formação na Rede Municipal de Araraquara são retomadas algumas experiências anteriores e as controvérsias que acompanham os ciclos e a progressão continuada, evidenciando que o sistema de ciclos entra em conflito com a cultura da escola, fortemente pautada na lógica seriada. Essa nova forma de organizar a escola implica em mudanças na maneira de conceber o processo ensino-aprendizagem, a avaliação e a própria escola, não bastando mudanças apenas pontuais. A forma como foi conduzida essa implantação em Araraquara demonstra que a efetivação de políticas públicas educacionais depende do entendimento de seu real significado e da participação e formação de seus protagonistas: educadores, pais e alunos. A essa tentativa de alterar a organização escolar acrescentam-se alguns problemas atuais como uma relativa incerteza frente a missão e finalidades da escola e um processo de ressignificação do papel dos professores. As reflexões apontam alguns caminhos e certezas. Caminhos que indicam a necessidade da participação de todos nas discussões antes da implantação de inovações; avaliação constante desse processo e formação que proporcione a reflexão das concepções que embasam a

prática. A certeza de que mudanças educativas entendidas como uma transformação do nível das idéias e das práticas não são repentinas nem lineares e a convicção de que é possível criar uma “outra” escola.

Palavras-chave: Ciclos de formação. Reforma educacional. Desse-
riação escolar.

Educação ambiental e políticas públicas: um estudo nas escolas municipais de Teresópolis (RJ)

Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa

No presente trabalho, apresento os resultados preliminares da minha pesquisa de mestrado, ampliando os debates acerca da inserção da Educação Ambiental (EA) na escola pública brasileira, com base nas experiências desenvolvidas na rede pública municipal de Teresópolis (RJ). O referencial teórico assumido por mim é oriundo da EA Crítica. Ao longo da pesquisa problematizo não apenas o ambiente escolar e suas práticas, mas também as condições em que a EA tem se inserido nas políticas públicas. Utilizo na investigação das escolas, a mesma metodologia da pesquisa “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental”, realizada em 2006 sob coordenação do MEC e análise as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação (SME) através do estudo dos documentos e projetos oficiais.

Palavras-chave: Educação ambiental crítica. Políticas públicas. Escola.

A implementação do ensino fundamental de nove anos e seus efeitos para educação infantil: um estudo em municípios catarinenses

Rute da Silva

O presente artigo tem como objetivo analisar a implementação do Ensino Fundamental de nove anos e seus efeitos para a Educação Infantil. Embora a lei 11.274/06 tenha sido implementada apenas em 2006, as condições para a ampliação do Ensino Fundamental foram sendo gestadas já durante a reforma educacional brasileira na década de 1990. Desta forma, consideramos aspectos centrais na reforma que criaram as condições e induziram esse processo. Além desta análise, realizamos a pesquisa de campo em nove redes municipais de ensino do

estado de Santa Catarina. Como resultado do trabalho, pode-se afirmar que uma diversidade de estratégias, tanto administrativas como pedagógicas, vem sendo adotada pelos municípios para a implantação do Ensino Fundamental de nove anos. No que tange à Educação Infantil, observamos alguns efeitos preocupantes que aqui seguem desvelados. Por mais que se constitua como medida de justiça social, o Ensino Fundamental de nove anos é uma política focalizada que guarda potencialidades, mas também pode contemplar, dessa forma, efeitos não desejáveis às crianças de 0 a 5 anos, que, por direito, estão incorporadas à primeira etapa da Educação Básica.

Palavras-chave: Ensino fundamental de nove anos. Educação infantil. Política educacional.

A qualidade negociada como possibilidade de reinvenção de processos regulatórios: uma leitura de experiência das escolas da rede municipal de Campinas

Mara Regina Lemes de Sordi

O trabalho discute as percepções de gestores da Rede Municipal de Campinas sobre processo de implementação de política de regulação da qualidade das escolas orientada pelo princípio da negociação entre os diferentes atores envolvidos no processo. Apresenta as potencialidades, contradições e limites do modelo de avaliação institucional adotado e analisa o potencial da proposta como alternativa aos modelos regulatórios centrados nos resultados dos alunos.

Palavras-chave: Avaliação institucional. Escolas pública. Qualidade negociada.

Participação estudantil no processo de avaliação institucional da rede municipal de Campinas: tem algo a dizer os estudantes sobre a qualidade da educação?

Maria Simone Ferraz Pereira & Mara Regina Lemes de Sordi

O presente texto apresenta dados parciais de uma investigação em andamento, desenvolvida em nível de doutorado e tem como foco a participação dos alunos nos processos de avaliação da qualidade da escola. Nesse trabalho, resgatamos inicialmente a questão da participação

ao longo da história do movimento estudantil brasileiro, destacando sua relação com as políticas implementadas em cada época. Para tanto, fizemos a descrição do contexto, das contradições históricas e culturais que perpassam a questão da participação estudantil. Posteriormente, fizemos uma reflexão sobre a participação dos estudantes no processo de Avaliação Institucional Participativa - AIP das escolas públicas da cidade de Campinas, SP. Tal reflexão foi realizada a partir dos dados coletados no I Encontro de Estudantes das CPAS da Rede e em três encontros setoriais de CPAS em que o foco de observação foi identificar como tem acontecido a participação dos estudantes num processo de AIP, de uma Rede de Educação Fundamental, que tem se proposto a discutir a qualidade educacional.

Palavras-chave: Participação estudantil. Avaliação institucional. Educação.

Avaliação e monitoramento de aprendizagem frente ao desafio da qualidade da educação: discutindo repercussões limites com base na análise de uma política municipal

Vanda Mendes Ribeiro

Este artigo tem por objetivo discutir, com base na análise de caso de município que obteve bom resultado no IDEB, repercussões e limites de políticas de avaliação e monitoramento da aprendizagem associadas a mecanismos de responsabilização, diante do objetivo de melhoria da qualidade da educação. No caso analisado, a avaliação externa, associada a mecanismos de responsabilização, se acoplou recentemente a práticas de avaliação formativa pré-existentes. A política passou a conter concepções de avaliação tratadas na literatura como divergentes (avaliação formativa x avaliação externa com responsabilização). E denota o controle do órgão dirigente em detrimento da autonomia das escolas. Diante desse fato e da boa aceitação dessa política pelos gestores locais (inclusive escolares) que a elencam como fator explicativo do bom desempenho dos alunos, o acompanhamento do seu desenvolvimento se torna relevante para verificar se haverá ou não impactos negativos sobre o currículo e sobre a concepção de qualidade na educação que permeia suas práticas.

Palavras-chave: Avaliação. Responsabilização. Qualidade na educação.

Acessibilidade para pessoas com deficiência visual no MOODLE

Cristina Madeira Coelho, Patrícia N. Raposo, Eduardo X. da Silva & Ana Caroline F. de Almeida

Nesse trabalho refletimos sobre experiência que relacionou dois movimentos educacionais, a inclusão de pessoas com deficiências em contexto escolar regular e o uso de tecnologias na educação. Descreve-se a construção de acessibilidade em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para pessoas com deficiência visual. Três aspectos foram priorizados: a descrição textual das imagens e tabelas utilizadas; a organização das informações, estabelecendo hierarquia e sequência lógica para navegação; a configuração específica do editor de textos do moodle para utilização de softwares leitores de tela. Nossa reflexão indica que, em si, tanto inclusão quanto tecnologia não são suficientes para a transformação das concepções que presidem o modelo escolar tradicional. O potencial avanço somente será efetivado se os processos de ensino-aprendizagem forem compreendidos como atividades relacionais e se os AVA forem adequadamente adaptados às necessidades específicas dos sujeitos e de suas relações. Concluímos indicando que o valor dos mesmos está exatamente nos desafios que nos trazem para fazer avançar nossa compreensão sobre a relação sujeito do ensino-sujeitos de aprendizagem-conhecimento nessas formas de vivências educacionais.

Palavras-chave: Subjetividade. Acessibilidade. Inclusão.

Eixo 3

Sala 1 - Salão Nobre da Faculdade de Educação

Coordenadora: Naura Syria C. Ferreira (UTP)

Relações entre avaliação educacional e qualificação escolar

Adilson Dalbem, Maria Clara Ede Amaral & Luana Costa de Almeida

Baseando-se nos achados das pesquisas desenvolvidas pelo LOED - Laboratório de Observação e Estudos Descritivos, em especial nos trabalhos de Dalbem (2009) e Betini (2009), e em algumas experiências vivenciadas junto à rede municipal de ensino do Campinas - SP, o presente texto

pretende trazer alguns elementos que potencializam a discussão da relação entre a avaliação educacional e a qualificação escolar, focando o processo de regulação e possível contrarregulação nas escolas de educação básica a partir da Avaliação Institucional Participativa. Com esses elementos, buscaremos discutir os conceitos envolvidos no processo, procurando identificar o distanciamento entre as propostas e as ações na concretização dessa relação. Para o cumprimento desse objetivo traremos a discussão da avaliação educacional, dos processos de regulação e contrarregulação e da qualificação escolar a fim de evidenciarmos as relações de poder que se estabelecem no processo de avaliação e potencializarmos a análise de suas potencialidades e distanciamentos em relação à prática educativa.

Palavras-chave: Avaliação educacional. Qualificação escolar. Regulação.

PROEJA como Política Educacional

Agida Maria Cavalcante dos Santos

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) conforme Decreto Lei nº 6.950 de 24 de Abril de 2007, passaram, a partir de 2006, a ter responsabilidade de implementação do PROEJA, Programa de Profissionalização da Educação de Jovens e Adultos, constante no Decreto 5.840 de 2006. Este programa possui como objetivo principal dar continuidade à escolarização da modalidade de ensino EJA com o ingresso no Ensino Médio concomitante com o Ensino Técnico. Esta pesquisa busca estudar a estrutura deste decreto para diagnosticar a abrangência da orientação legislativa que se apresenta como “inclusora social”. Enfocaremos o modelo de Estado, através dos conceitos que permeiam o Neoinstitucionalismo Histórico contidos nos estudos de Marques (1997), Evans (1993) e Ham & Hill (1993). E abordaremos a autonomia do Estado, sua capacidade e racionalidade, através de Skopcol (1989). A pesquisa é realizada na Universidade Estadual de Campinas-SP sob orientação do Professor Dr. Newton Bryan para a área de concentração: políticas, administração e sistemas educacionais.

Palavras Chaves: Políticas públicas educacionais. PROEJA - Decreto 5.840 de 2006. Neoinstitucionalismo histórico.

O ENEM enquanto política educativa brasileira e as expectativas do seu público: um estudo de Caso

Ana Lara Casagrande

O presente trabalho teve como intuito estudar o Exame Nacional do Ensino Médio enquanto política educativa, por meio da leitura da legislação que o regulamenta desde a data de sua criação em 1998, focalizando as questões que envolvem o interesse dos participantes do exame, portanto, os objetivos principais do trabalho são: analisar as opiniões e expectativas de estudantes e professores de cursinhos pré-vestibulares, localizados no município de São José do Rio Preto, a respeito do ENEM; verificar se os objetivos iniciais do Exame previstos na legislação que o regulamenta relacionam-se com os objetivos dos alunos concluintes e egressos do Ensino Médio, que estejam freqüentando cursos pré-vestibulares. Comprovou-se, por meio da pesquisa qualitativa, realizada a partir de um estudo de caso, que, além da preocupação com o desempenho nos exames vestibulares, a pontuação do ENEM, tem sido algo determinante para o êxito ou fracasso dos alunos durante o processo de ingresso no Ensino Superior. Logo, fica posta a discrepância entre o principal objetivo do ENEM, que em tese é avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica e os interesses específicos de alunos e professores de cursos pré-vestibulares (representantes do público do Exame).

Palavras-chave: Política educativa. Avaliação. Ensino médio. ENEM.

A redução da escola: a avaliação externa e o aprisionamento curricular

Andréa Rosana Fetzner & Maria T. Esteban

O trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa que analisa os impactos da avaliação externa na organização do trabalho docente e nas práticas curriculares. A consolidação de um sistema nacional de exames é percebida como parte dos processos em que a democratização da escola pública se articula à produção de subalternidade. Problematisa-se a concepção de qualidade verificada nas políticas oficiais que atribuem à avaliação externa o poder de melhorar as práticas de ensino-aprendizagem. As práticas cotidianas colocam em tensão essa relação: convivem, nas ações escolares, a predominância de exercícios de treinamento para as provas; a

proposta curricular por meio de objetivos padronizados e fragmentados, e, também, projetos escolares que estandardizam a formação autônoma, crítica, participativa. A pesquisa se desenvolve com base na análise de projetos político-pedagógicos de algumas escolas envolvidas no sistema, de registros de avaliação dos alunos, de documentos oficiais que orientam as práticas da avaliação externa e de pronunciamentos veiculados na mídia sobre o tema. Os resultados aferidos pelos exames lidos à luz de perspectivas contra-hegemônicas levam à indagação desse sistema e do projeto que o sustenta.

Palavras-chave: Avaliação externa. Currículo. Subalternidade.

A concepção de gestão difundida pelo programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares

Andréia Vicenzia Vitor Alves & Dirce Nei Teixeira de Freitas

Este artigo resulta de estudo realizado com o objetivo de apreender a concepção de gestão democrática disseminada pelo MEC nas escolas de educação básica do País, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e relacioná-la com a concepção de gestão democrática empregada na literatura educacional recente. A abordagem, de natureza analítica, utiliza fontes documentais oficiais e fontes bibliográficas. Num primeiro momento, o estudo se deteve no plano institucional, verificando que os dispositivos legais vigentes no Brasil permitem apropriações baseadas em distintas concepções de democracia. A seguir, levou à constatação de que a literatura educacional recente sobre gestão democrática se pauta na concepção de democracia popular ou republicana. Prosseguindo, verificou que a mesma concepção de democracia está presente no Programa analisado. Este, assim, como a literatura educacional recente, apresenta a gestão democrática como um caminho para a construção de uma nova cultura escolar, difundindo uma concepção republicana de democracia e de gestão escolar.

Palavras-chave: Educação básica. Gestão democrática. Política educacional.

A formação de professores na rede federal de educação profissional e tecnológica

Aparecida Gasquez de Sousa:

Este artigo analisa a oferta de cursos de licenciatura pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em especial na área das Ciências da Natureza. A metodologia utilizada pautou-se na análise da política do governo federal para a formação de professores e de ações que visam engendrá-la. Os dados foram extraídos de textos que compõem a atual legislação educacional brasileira, de publicações realizadas pelo Ministério da Educação a respeito da escassez de professores do Ensino Médio e da relação de cursos de licenciatura apresentados nos sites dos citados institutos. Conclui-se que a política estudada está centrada em modelos flexíveis de cursos de formação e dá pouca atenção aos problemas relativos à profissionalização docente. A tarefa atribuída aos recém criados Institutos Federais, no que concerne a oferta de cursos de licenciatura, representa um grande desafio, uma vez que, historicamente, a rede federal de educação tecnológica não acumulou experiências na formação de professores e deve atuar, concomitantemente, na Educação Básica e Superior, em diversas modalidades de ensino.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Institutos Federais. Licenciaturas em Ciências da Natureza.

A política educacional da avaliação em larga escala: entre regulação e emancipação

Daianny Madalena Costa

O presente trabalho é parte da Tese desenvolvida, junto ao Programa de pós Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, vinculada ao grupo de pesquisa Gestão democrática e qualidade do ensino - INEP/CAPEES, sob coordenação da professora Dr^a Flávia Obino Corrêa Werle.

A partir de elementos teóricos oferecidos por Boaventura de S. Santos, João Barroso e Almerindo J. Afonso, no sentido de compreender a produção das políticas de avaliação em larga escala enquanto fruto das proposições advindas com a expansão da globalização neoliberal, articulamos os conceitos de regulação e emancipação em busca de possibilidades contra hegemônicas.

Afinal, há uma distância inevitável entre formular a política e implementá-la. As pesquisas realizadas numa abordagem comparada trazem à tona, considerações de que, por mais que existam as grandes demarcações

transnacionais, os efeitos nas políticas nacionais adquirem diversas dimensões e geralmente não refletem uma homogeneização.

Este trabalho, portanto, articula os conceitos de regulação e emancipação, às políticas de avaliação em larga escala, produzidas no Brasil, a partir dos 90, no sentido de perceber possíveis produções a favor de uma educação emancipatória.

Palavras-chave: Avaliação em larga escala. Regulação e emancipação.

A relação Estado e movimentos sociais: a política de remuneração de professores

Vera Lucia Ferreira Alves de Brito

O trabalho é parte de pesquisa nacional sobre remuneração de professores e tem como objetivo de analisar a relação entre os movimentos de trabalhadores da educação e o Estado, comparando as negociações e a legislação do município de Belo Horizonte. Analisa os conceitos de movimentos sociais e o papel do Estado no Brasil na construção da identidade profissional docente. Investiga a legislação trabalhista, dos anos 30 do século XX, apontando seu papel controlador dos movimentos sociais e a regulação dos professores neste período e nos subsequentes. Apresenta a inflexão dos novos movimentos sociais, na década de 80, incentivando a participação e a gestão democrática e constata a ruptura deste modelo com a concepção atual de gerenciamento e de intensificação do processo de controle da gestão escolar no município. A metodologia utilizada é a comparação das pautas reivindicatórias e as normas regulatórias do magistério nos arquivos dos movimentos e nas leis do município de Belo Horizonte. A conclusão aborda a questão do corporativismo e a necessidade de ação conjunta para a transformação da sociedade.

Palavras chaves: Política educacional. Legislação. Movimentos sociais.

Eixo 4

Sala - Faculdade de Educação - LL 02

Coordenador: Mark Clark Assen de Carvalho

A organização do sistema público do Acre dispositivos de regulamentação dos interativos de colaboração entre estado e município em Rio Branco.

Alderlandia da Silva Maciel & Mark Clark Assen Carvalho

O trabalho que ora se apresenta é um dos resultados parciais de um projeto de pesquisa institucional coordenado por docentes da Universidade Federal do Acre que busca analisar as práticas administrativas e organizacionais adotadas pelas administrações do sistema público de ensino do Estado do Acre desde o período da conquista da autonomia político-administrativa. Para os limites desta comunicação vamos apontar, em linhas gerais, elementos que marcam o processo de institucionalização do sistema estadual de ensino, as formas de organização, os mecanismos de cooperação e os valores que presidem as relações entre as diferentes esferas de poder institucional, como recurso que nos permita apontar para algumas implicações e conseqüências das relações presentemente instituídas pela Secretaria de Estado de Educação e Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco que ao estabelecerem novas referências passaram a presidir as relações entre estes entes federados, em termos de atendimento e cobertura da oferta do ensino fundamental na Cidade de Rio Branco.

Palavras-chave: Educação básica. Sistemas de ensino. Regime de colaboração.

Regulação e interiorização da formação do professor em nível superior: a experiência nos institutos superiores da educação da rede pública estadual do Rio de Janeiro.

Fernando de Souza Paiva, Valdeck Carneiro & Flavia Araújo

O trabalho discute, com base na análise dos marcos regulatórios e das políticas públicas de formação de professores no Brasil, a interiorização da formação de professores da educação básica em nível superior na rede pública estadual do Rio de Janeiro, processo deflagrado no ano de 2001, por meio da implantação, pela Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT-RJ), de cinco Institutos Superiores de Educação (ISE) e de cinco Cursos Normais Superiores (CNS), nos municípios de Campos

dos Goytacases, Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Santo Antônio de Pádua e Três Rios.

Palavras-chave: Formação de professores em nível superior - Regulação. Institutos superiores de educação - Rio de Janeiro. Política pública de formação de professores.

A política de formação de professores no Brasil: regulações contemporâneas.

Lidiane Teixeira Brasil Mazzeu

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca das políticas de formação docente implementadas no Brasil a partir da década de 1990. Tais reflexões resultam de investigação de natureza teórico-bibliográfica acerca dos pressupostos epistemológicos subjacentes aos documentos oficiais norteadores da formação inicial e continuada de professores. Considerando que tais pressupostos atendem aos processos de regulação da política educacional brasileira, a análise crítica dos mesmos aponta para as implicações da adoção de determinados referenciais teóricos para a formação docente, assim como para o desenvolvimento do trabalho educativo.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Formação de professores. Epistemologia da prática.

Mal estar na educação: as vicissitudes de ser professor.

Maria Luiza Oliveira Guinaro

Nosso objetivo neste artigo é tentar compreender, em parte, o declínio do processo formativo na trajetória do professor, elencando algumas indagações a respeito da identidade, do ofício, da profissão docente na contemporaneidade. Para o melhor entendimento desse percurso tornou-se necessário primeiramente investigar algumas acepções acerca do processo educativo e posteriormente analisar alguns elementos do contexto sócio – histórico que fomentou o empobrecimento deste ofício.

Palavras-chave: Educação. Identidade. Professores. Semi-formação. Neoliberalismo.

Regulação por desempenho e capacidade de atendimento dos sistemas municipais de ensino.

Marisa Ribeiro Teixeira Duarte

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa que relaciona ao conceito de capacidade de atendimento protegido dos municípios brasileiros o desempenho educacional medido pelo IDEB. O pressuposto que o orienta envolve a identificação de possíveis efeitos perversos da mudança no modo de regulação do sistema educacional brasileiro, devido à orientação dada à ação supletiva da União pelos resultados educacionais. Os resultados encontrados demonstram a existência de associação moderada entre recursos municipais vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e o desempenho medido pelo IDEB. O estudo conclui pela importância de articular ao modo de regulação por desempenho dos sistemas municipais de ensino, critérios que considerem as desigualdades do financiamento educacional entre os entes federados.

Palavras-chave: Política educacional. Política de financiamento educacional. Desempenho educacional. Regulação por desempenho. Capacidade de atendimento.

A municipalização da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental em Rio Branco: perspectiva de desenvolvimento a partir do regime de colaboração.

Mark Clark Assen de Carvalho & Pellegrino Santos Verçosa

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa institucional ora em desenvolvimento e objetiva fazer uma análise preliminar acerca das mudanças implantadas na rede municipal de Rio Branco como consequência do regime de colaboração firmado entre o Governo do Estado do Acre e a Prefeitura de Rio Branco. Busca-se. A análise se concentra no movimento de reorganização do sistema municipal de ensino, destacando as principais iniciativas de natureza política, administrativa e organizacional e seus desdobramentos em termos da capilaridade da rede municipal de ensino de Rio Branco em fazer frente ao processo de expansão, crescimento e cobertura da demanda por escolaridade no segmento da educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. No caso da

realidade analisada, trata-se de um convênio firmado entre o Governo e a Prefeitura, movimento ao qual estamos denominando de processo de municipalização da rede de ensino.

Palavras-chave: Regime de colaboração. Municipalização do ensino. Reorganização da rede pública.

Programa de educação continuada dos gestores da rede estadual de São Paulo (1995-2002) doutrinação e cooptação.

Miguel Russo & Sonia Santa Cruz

O Estudo de como se realiza a educação continuada dos educadores, em particular dos gestores escolares, é um importante instrumento de apreensão dos propósitos dos formuladores de políticas educacionais, na medida em que por meio dela promovem formas de doutrinação e cooptação dos educadores com vistas a sua adesão para realização daqueles propósitos. O texto faz um recorte de um estudo mais amplo com destaque para as características do primeiro momento do Programa de Educação Continuada dos Gestores, ou seja, para o denominado PEC-Liderança, que ocorreu com parte das ações desenvolvidas na implementação da reforma da educação paulista durante o governo Covas. O estudo do discurso e dos textos produzidos pelos reformadores, assim como das estratégias por eles utilizadas, revela que havia clareza sobre a necessidade de sensibilizar a realidade nas escolas. Daí a ênfase na capacitação das chamadas lideranças, porque poderiam se transformar em obstáculo à objetivação. O estudo revela as inflexões no Programa de Educação Continuada em face dos resultados produzidos pela reforma.

Palavra-chave: Políticas de capacitação. Educação continuada. Gestores da educação.

Bonificação por resultado em São Paulo.

Natalia Cassetari

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de implementação da Bonificação por Resultados no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Esta proposta pretende premiar os professores e funcionários das escolas que cumprirem com as metas estabelecidas pela SEE-SP, sendo que o valor dos bônus varia de acordo

com o percentual de alcance das metas e com o percentual de frequência destes tralhadores. Cabe destacar que a Bonificação por Resultados surge em um contexto de busca pela melhoria da qualidade da educação em que os sistemas de avaliação ganham grande destaque entre as políticas públicas. Neste contexto a estrutura salarial de pagamento aos professores passa a ser questionada e que as iniciativas que relacionam o desempenho do professores com o seu salário passam a ser valorizadas, dentre elas as de bonificação com base no desempenho das escolas.

Palavras-chave: Políticas públicas de educação. Qualidade da educação. Remuneração de professores.

Neoliberalismo e educação.

Regina Frigerio & Marisa Valladares

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica - documental cuja questão, surgiu a partir de inquietações que a realidade da escola pública brasileira tem provocado em alguns atores sociais, incluindo docentes e discentes das instituições representadas pelos autores deste trabalho. “De que forma os organismos internacionais viabilizaram as políticas educacionais neoliberais, das últimas décadas?”. Essa é a questão que buscamos discutir através deste pequeno resgate histórico onde focamos, dentre esses organismos internacionais “colaboradores” das políticas públicas, o Banco Mundial, considerando que para essa instituição, a educação deve ser tratada como mais um nicho mercadológico, um produto a ser vendido e com mercado consumidor garantido: o “cliente” da rede privada de ensino. Entretanto, nos documentos apresentados pelo Banco Mundial, a retórica é de apoio aos países pobres, a partir de propostas de políticas públicas que promovam a melhoria de vida das pessoas mais desfavorecidas. Assim, para compreender as transformações da educação nos últimos anos, principalmente nos países da América Latina, sob a influência dos organismos internacionais, faz-se necessário uma contextualização dos dias atuais e uma retrospectiva histórica.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Banco Mundial. Educação.

Reformas educacionais e tensões no trabalho de docentes brasileiros e argentinos.

Savana Diniz de Melo

Fruto de um estudo de casos comparados, o artigo busca cotejar as tensões e as manifestações de conflito evidenciadas no trabalho de docentes de escolas técnicas do Brasil e da Argentina, compreendidas como respostas às transformações implementadas na organização escolar e no trabalho escolar, em decorrência das reformas educativas empreendidas no setor da educação profissional a partir de 1990. A investigação contou com análise de documentos e pesquisa de campo em escolas públicas dos dois países, nas quais docentes em regência, dirigentes escolares e sindicalistas foram informantes prioritários. Na seqüência do texto são apresentados o perfil dos docentes, a relação estabelecida com os sindicatos, bem como a frequência, a natureza, a forma e o sentido das ações cotidianas de resistência docente nos dois países. Por fim, são levantadas algumas reflexões sobre os significados e a potencialidades das tensões mais evidentes identificadas em cada contexto estudado.

Palavras-chave: Política educacional. Trabalho docente. Conflito docente.

As tessituras da profissionalidade docente e a gestão do currículo proposto o caso “São Paulo faz escola.”

Vanessa Moreira Crescci e Dario Fiorentini

No início de 2009, por intermédio do programa “São Paulo Faz Escola”, professores e alunos da rede estadual paulista receberam o “Caderno do Professor” e o “Caderno do Aluno”. Diante deste acontecimento, o presente trabalho pretende analisar, de um lado, como os professores fazem a gestão desse currículo proposto e, de outro, o impacto dessa política curricular no desenvolvimento profissional dos professores e na constituição de sua profissionalidade docente. Os sujeitos da pesquisa são professores que lecionam matemática na rede estadual paulista. O material de análise foi obtido mediante aplicação de questionários a 26 professores e de entrevistas semi-estruturadas com cinco deles. As informações obtidas nos indicam que a gestão do currículo proposto é condicionada pelas opções diárias que os professores fazem diante das necessidades e possibilidades de cada realidade escolar. Os professores que atendem a essas condições tendem a projetar uma profissionalidade docente *colaborativa e deliberativa* mediante

a qual se constituem em sujeitos críticos de sua prática e da proposta da SEESP.

Palavras-chave: Políticas públicas. Profissionalidade docente. Gestão do currículo.

Eixo 5

Sala - Auditório do Instituto de Economia

Coordenadora: Claudia P. Vianna (USP)

Projeto político pedagógico e educação especial: ações, contradições e desafios à inclusão educacional em Campinas/SP.

Adriana Cunha Padilha & Vera Lucia de Carvalho Machado

A pesquisa analisa qual conceito de educação inclusiva está contido nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) da sme de Campinas/SP, com o objetivo de refletir sobre a construção, desenvolvimento e sua relação com práticas escolares inclusivas. Os autores que fundamentaram este estudo trabalham numa perspectiva crítica. Na metodologia realizamos análise documental de 06 PPPs de escolas de grande, médio e pequeno porte, elaborados em 2008, abrangendo 05 regiões administrativas de Campinas. Relacionamos as escolas do município aos seguintes critérios: região administrativa a que pertenciam e total de alunos com deficiência atendidos em cada uma das escolas. Os elementos que surgiram da leitura dos documentos constituíram-se as unidades de análise da pesquisa, levando-se em consideração os aspectos formal e os aspectos políticos dos PPPs. Os resultados obtidos apontam no sentido de constataremos fragmentações e contradições existentes nos PPPs provocando o distanciamento entre a idéia de educação inclusiva da prática docente apontando um esvaziamento de propostas para o aluno com deficiência.

Palavras-chave: Projeto político-pedagógico. Inclusão educacional e educação especial.

Quando a pseudoneutralidade expressa uma opção pela naturalização das desigualdades.

Balzer, Meire Donata & Elisane Fank

Reportagens recentes veiculadas por alguns jornais locais têm se proposto a tecer suas críticas ao conteúdo ideológico de alguns livros didáticos utilizados nas escolas brasileiras e à formação dos profissionais da educação, especialmente no que se refere à abordagem pedagógica marxista. Em nome de uma pseudoneutralidade os colonistas julgam ser possível vislumbrar uma escola que não veicule a ideologização em seus currículos. Contudo, a não neutralidade é uma condição humana, a partir do momento em que o homem, na necessidade de criar meios para sua sobrevivência, age de forma intencional sobre a natureza, transformando-a e humanizando-se. Esta dimensão ontocriativa do trabalho se define na existência humana e como tal na educação. Nesta perspectiva, este artigo se propõe a analisar os elementos conceituais, sobre os quais é possível questionar e fundamentar em que medida a intencionalidade é condição pedagógica e a ideologia é inerente a ela. Da mesma forma como os próprios conteúdos dos jornais já trazem consigo uma dimensão ideológica, a relação homem, trabalho, educação e natureza é intencional, jamais poderá ser neutra.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Ideologia e neutralidade.

Sistema de proteção escolar: proteger quem, de quem?

Beatris Cristina Possato & Cláudia Ap. Sorgon Scotuzzi

Este artigo propõe uma discussão sobre violência escolar, a partir da análise do material do Sistema de Proteção Escolar (2009), disponibilizado pela Secretaria de Estado da Educação para todas as escolas públicas estaduais. Com o “Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania” e as “Normas Gerais de Conduta Escolar” a SEE pretende oferecer às escolas instrumentos que amparem suas ações, promovendo uma “cultura de paz”. Porém, ao analisar estes referenciais, evidencia-se o caráter pedagógico apenas como um elemento adicional, explorado superficialmente e a intenção do projeto em pautar-se no estrito controle e punição dos alunos que não se enquadram aos padrões e normas estabelecidos pela escola. Objetiva, igualmente, disseminar as melhores maneiras de se punir e, juridicamente, detalhar os procedimentos cabíveis em cada infração ocorrida na escola, demonstrando novas formas de controle do aparelho do Estado. Pretende-se também,

analisar as concepções de violência abordadas pelo material e pelo referencial teórico adotado e, por fim, tecer considerações a respeito do que seja uma escola democrática, onde a punição tenha relação com a consciência crítica do aluno, com a possibilidade de reflexão coletiva na busca de melhoria dos relacionamentos humanos.

Palavras-chave: Sistema de proteção escolar. Violência. Punição.

Política educacional, justiça social e equidade: considerações sobre as políticas compensatórias para a educação de jovens e adultos no Brasil.

Carla Alessandra Barreto & Sandra Ap. Riscal

O objetivo deste trabalho é apresentar de que forma o conceito de equidade tem fundamentado a política educacional brasileira e em particular a educação de jovens e adultos e verificar de que forma foi articulado à concepção de racionalidade administrativa que visa à maior eficiência do Estado. Para tanto apresentamos o conceito de equidade social concebida como justiça social buscando enfatizar como está concepção associa-se ao campo das políticas compensatórias na arena educacional como mecanismo para superação das desigualdades.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Equidade e justiça social. Educação de jovens e adultos.

Educação/Estado 1960/1990: aspectos de inclusão e exclusão no processo de implantação das políticas educacionais no Brasil.

Cedran Paulo César & Chelsia Maria de Campos Martins

Neste artigo intitulado “Educação/Estado – 1960 a 1990 – aspectos de inclusão e exclusão no processo de implantação das políticas educacionais no Brasil”, ressaltamos alguns aspectos relativos as mudanças políticas implantadas pelo Estado em território nacional e de que maneira elas influenciaram no campo educacional, e até que ponto contribuem para a inclusão ou exclusão das camadas populares em relação ao acesso e permanência na escola pública. Discutiremos a questão com base nas reflexões de Goldemberg, Cunha, Germano, Faoro para discutir a questão.

Palavras-chaves: Inclusão. Exclusão. Políticas educacionais.

Um processo de inclusão social: o uso de ambientes virtuais de aprendizagem.

Clenilde Martins de Oliveira

Com o desenvolvimento da informática, principalmente com a expansão do uso da internet, a construção do conhecimento de crianças e adolescentes tem-se feito de forma bem diferente das gerações anteriores, pois com o advento da tecnologia digital, criaram-se novos caminhos, novas opções – como a utilização dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. O objetivo deste artigo é se fundamentar sobre uso da informática no ensino e as políticas públicas educacionais relacionadas a este aspecto e, levar os profissionais do ensino a refletirem sobre o uso da informática em sua prática pedagógica e sentirem-se estimulados a pesquisar e aplicar objetos virtuais em suas aulas e entenderem que esta prática pedagógica auxilia na inclusão social dos alunos, atenuando a desigualdade e promovendo a justiça social. Este estudo descreve o atual Plano Nacional de Educação e sua relação com o mundo tecnológico atual, o perfil atual do aluno em meio à era digital, os objetivos do uso da internet e da tecnologia de informação e comunicação na educação, incluindo os relacionados ao desenvolvimento de competências e habilidades matemáticas citadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Palavras-chave: Inclusão social. Políticas educativas. Ambiente virtual de aprendizagem.

Estudantes das camadas populares em cursos superiores de alta seletividade: encontros com a desigualdade social.

Débora C. Piotto

A Educação Superior no Brasil é caracterizada pela restrição. No entanto, estudos mostram que alunos mais pobres e filhos de pais com baixa escolaridade estão, proporcionalmente, em maior número no setor público. Além disso, dada a elitização de alguns cursos, tanto em instituições públicas quanto particulares, a presença de alunos das camadas populares é pequena; porém, ela é maior no Ensino Superior público. Assim, o objetivo deste trabalho é discutir o encontro e a convivência com a desigualdade social, por parte de estudantes das camadas populares, tanto no percurso até a universidade

quanto em sua experiência dentro dela. Para isso, são apresentadas entrevistas realizadas com cinco alunos de cursos de alta seletividade da Universidade de São Paulo provenientes das camadas populares. Para aqueles que cursaram o Ensino Médio em escolas particulares, por meio de bolsa de estudos, o impacto do encontro com a desigualdade social ocorreu nessa etapa escolar. Já para os que realizaram toda a educação básica em escolas públicas, a convivência com ela deu-se no Ensino Superior. Para todos, entretanto, o encontro e a convivência com a desigualdade fez sofrer, trazendo solidão, tristeza e sentimento de não-pertencimento.

Palavras-chave: Universidade pública. Desigualdade social. Trajetórias escolares.

A professora negra na escola pública.

Tereza Neumann Lima Ramos & Margareth Maria de Melo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa, desenvolvida em duas escolas públicas da rede municipal de ensino, de Campinas Grande-PB. O objetivo do estudo foi analisar as situações de racismo enfrentadas pela professora negra dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Constatou-se a negação do racismo, apesar do discurso da igualdade, e percebeu-se a insegurança da professora no trato com a temática. Estes fatos evidenciaram a necessidade de uma nova formação das docentes, apontando a pertinência da discussão desta problemática. Se a professora não assume sua identidade negra, suas dificuldades serão inúmeras para enfrentar o racismo e seus alunos reproduzirão os preconceitos e atos discriminadores nos cotidianos da sala de aula. Embora a questão étnico-racial ainda seja perpassada por entraves e dilemas, encontrando diversos bloqueios na sua abordagem, constitui-se num importante desafio a ser enfrentado. Para tanto, a problemática requer uma mudança nos discursos, nos raciocínios, nas lógicas, nos gestos e posturas que revelam as diversas formas de tratar as pessoas negras. Requer, sobretudo, um conhecimento aprofundado acerca da história e da cultura do povo negro, na tentativa de se desconstruir estereótipos e mitos criados ao longo dos anos a respeito dessa população.

Palavras-chave: Racismo. Professora negra. Identidade.

As séries iniciais de educação de jovens e adultos em nível municipal e as políticas públicas implementadas: buscando novos sentidos na formulação da EJA como modalidade de ensino.

Venâncio, João Carlos & Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi

O presente artigo, que é parte integrante da dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida junto a Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – descreve as principais leis implementadas em nível federal que oferecem suporte à manutenção e desenvolvimento das séries iniciais da EJA. Como a esfera municipal se faz atualmente a principal responsável em ofertar as séries iniciais da EJA, pretende-se verificar, por meio de pesquisa bibliográfica, se as leis implementadas em nível federal, oferecem suporte para o desenvolvimento dessa modalidade de ensino. Para isso analisaremos e discutiremos, ainda que brevemente, a Constituição Federal, a LDBEN, as Diretrizes Curriculares, o FUNDEF, o FUNDEB, o PNE e o PDE. Em linhas gerais, podemos relatar em relação as políticas públicas implementadas, que a EJA passou por três momentos que se distinguem pela forma como as políticas foram implementadas, apresentando nesse momento novas perspectivas para o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. Descentralização do ensino. Políticas públicas educacionais.

Dia 02/12/09

Eixo 1

Sala 1 (Faculdade de Educação - ED 11)

Coordenadora: Patrízia Piozzi (CEDES, UNICAMP)

**Ensino superior no Brasil:
contexto histórico, reforma e privatização.**

Lalo Watanabe Minto

O presente trabalho trata de algumas das principais tendências históricas que nos permitem entender o ensino superior no Brasil atual.

A exposição está dividida em dois grandes momentos: no primeiro, faz-se uma síntese da história recente e do processo de adequação/reforma do campo educacional às novas condições sociais, políticas e econômicas vigentes no país. São tratados os aspectos principais da Reforma do Estado e seus impactos sobre as políticas sociais, com destaque para a educação; no segundo momento, analisamos as atuais políticas de ensino superior como parte integrante deste amplo processo de transformação. São tratadas, em seu conjunto, as políticas para o ensino superior nos anos de 1990 e, de modo particular, as políticas do governo Lula para este nível de ensino. Ao final, tecemos algumas considerações mais pontuais sobre a relação entre o desenvolvimento capitalista no Brasil e as reformas do ensino superior, destacando seu caráter tendencial, suas determinações fundamentais e seus aspectos ideológicos.

Palavras-chave: Ensino superior. Público e privado. Reforma do Estado.

Qualidade versus quantidade um desenho do discurso dicotômico na implementação na universidade aberta no Brasil.

Madeleine Pianna de Miranda Queiroz

A Universidade Aberta do Brasil desenha-se no cenário brasileiro com uma proposta de Política Pública para democratizar o Ensino Superior. Compreende-se a complexidade para análise de políticas educacionais, entretanto, a partir da leitura discursiva de alguns documentos oficiais para educação brasileira do século XX e XXI, buscou-se perceber em suas intenções propositivas e lógicas expressas, indícios que sinalizem a necessidade e/ou indução da modalidade da Educação a distância nos currículos do Ensino Superior, em específico, o público, com a culminância da Universidade Aberta do Brasil (UAB), através do Decreto nº 5.800 de 8 de Junho de 2006. O método investigativo é a pesquisa bibliográfica a partir de metodologia da análise de conteúdo. Tem-se como referencial epistemológico autores de concepções teóricas dialética-crítica. A partir das análises preliminares dos documentos, fruto de trabalho de pesquisa em andamento, infere-se a presença discursiva da racionalidade da eficiência, concomitantemente ao discurso da qualidade. Equalizar esses vetores, na Educação Brasileira, não apenas de forma discursiva, mas efetiva, na concretude do real, é o desafio da Educação a distância, e, em específico, da proposta da UAB.

Palavras-chave: Ensino superior. Educação a distância. Políticas públicas.

A educação infantil via programa “bolsa creche” o caso do município paulista de Hortolândia.

Cássia Alessandra Domiciano

Esta pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), apresenta e analisa a expansão da oferta de vagas na educação infantil via Programa ‘Bolsa Creche’. O Programa citado é um mecanismo de financiamento pelo qual a prefeitura de Hortolândia transfere recursos públicos à escola privada em função do número de alunos matriculados e frequentes e, embora receba o nome de ‘Bolsa Creche’, financia toda a educação infantil que compreende creche e pré-escola. Para subsidiar esta análise levantamos por meio de entrevistas semi-estruturadas, pesquisa documental e consultas aos *sites* governamentais e ao Banco de Dados desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (GREPPE), informações educacionais, financeiras e legais relacionadas diretamente à implantação do ‘Bolsa Creche’ no período de 2004 a 2006. O estudo deste Programa permite afirmar que ele incide negativamente na oferta da educação infantil pública ao transferi-la para o setor privado lucrativo e inseri-la em uma lógica mercantil e privatizante.

Palavras-Chave: Privatização. Parceria público-privado. Educação infantil.

Políticas e gestão dos cursos de formação de professores a distancia: a expansão da licenciatura de geografia

Marcio da Costa Berbat.

Ao problematizar a Política Educacional para a Formação de professores da Educação Básica, o artigo enfoca os novos marcos regulatórios do processo de expansão de vagas e analisa as políticas específicas para a formação de professores no Brasil, como exemplo os novos cursos de Licenciatura em Geografia, com prioridade para a implementação da educação a distância nas Instituições Públicas de Ensino Superior. Com esse objetivo, apresenta e analisa alguns indicadores da

educação a nível nacional e busca apreender, no campo das políticas propostas no âmbito do Ministério da Educação (MEC), como a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o papel da “nova” CAPES, enfatizando a expansão e consolidação da educação a distância como espaço prioritário na formação de professores.

Palavras-chave: Educação superior a distância. Política educacional. Licenciatura em geografia.

Parceria entre o público privado: implicações para gestão educacional.

Regina Teresa Cestari de Oliveira & Maria Dilnéia Spindola Fernandes

Este trabalho analisa as novas formas de regulação entre o público e o privado no contexto de redefinição do papel do Estado no Brasil e as decorrências para a gestão educacional, por meio da investigação da parceria efetivada entre o governo do município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MS) e o Instituto Ayrton Senna (IAS), no período de 2001 a 2004, na efetivação do Programa Escola Campeã. A investigação baseia-se na legislação municipal pertinente que norteou a política educacional de gestão no referido período e em entrevistas com gestores do sistema. Os resultados mostram que em consonância com os compromissos assumidos nos termos de parceria, o município procedeu à reforma na legislação educacional e estabeleceu diretrizes para a gestão da educação, destacando-se, aqui, a concessão de prêmios aos participantes do Programa de Avaliação Externa da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), como forma de induzir, nessa lógica, a qualidade de ensino.

Palavras-chave: Política educacional. Parceria público-privada na educação. Gestão educacional.

Contribuições para o debate sobre o papel das fundações contexto neoliberal do rearranjo público privado.

Ursula Adelaide de Lelis

O rearranjo “público-privado”, invenção do modelo neoliberal de sustentação do atual ciclo mundial do capitalismo, é discutido nesse

artigo a partir do estudo sobre uma das suas materializações: as fundações. Parte-se de uma breve análise histórica do público e do privado, realizando uma abordagem sobre a implantação e implementação do “público-privado” no Brasil, principalmente durante os anos 1990, época de sua ascensão, e uma análise sobre o papel das fundações, nesse processo. As reflexões realizadas nesse texto apontam para a materialização das fundações como um dos artifícios engendrados pelo “público-privado”, no processo de cooptação da esfera pública, revivificando o processo de acumulação do capital. As entidades “público-privadas”, organizadas em um “terceiro setor”, se apoderam do espaço estatal, transformando cidadania em filantropia, sob o discurso da “solidariedade/responsabilidade social”, constituindo uma nova modalidade de maximização dos lucros, garantindo o domínio empresarial sobre o espaço público-estatal, e fomentando o segmento “público-privado”, quando se consolida a desnecessidade do público.

Palavras-chave: Estado. Rearranjo “público-privado”. Fundações.

Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios

Vera Lúcia Jacob Chaves:

O objetivo principal desse artigo é apresentar uma análise crítica das políticas de expansão da educação superior, no Brasil, instituídas pós-LDB/1996, com a finalidade de identificar e discutir as novas configurações dessa expansão, em especial a que vem sendo efetivada, a partir de 2007, com a criação de redes de empresas por meio da compra e (ou) fusão de instituições de ensino superior privadas do país, por empresas nacionais e internacionais de ensino superior, e pela abertura de capitais destas nas bolsas de valores, configurando a formação de oligopólios. Para tanto, utilizamos como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, especificamente a consulta em fontes documentais diversas, em especial, *websites* de empresas educacionais bem como de órgãos da imprensa tradicional e da mídia eletrônica nacionais. Nas considerações finais, apontamos algumas tendências da mercantilização do ensino superior, no Brasil.

Palavras-chave: Expansão do ensino superior. Mercantilização. Privatização. Oligopólios.

Eixo 2

Sala 1 - Faculdade de Educação - Auditório da Biblioteca

Coordenadora: Dóris Accioly e Silva (USP)

Valorização do magistério ou Darwinismo profissional?

Maria Angélica Pedra Minhoto & Marieta Gouvêa de Oliveira Penna

A insatisfação em relação ao desempenho dos estudantes da rede pública de educação básica é grande e as avaliações de monitoramento persistem indicando lacunas consideráveis no desempenho dos sistemas de ensino. Em resposta a esses resultados, a Secretaria de Educação de São Paulo vem propondo medidas baseadas em incentivos financeiros aos integrantes do magistério com objetivo de propiciar qualidade à educação básica. Além do bônus por desempenho, foi enviada à Assembléia Legislativa um Projeto de Lei Complementar (PLC nº 29/09) que institui um sistema de promoção por mérito. O presente texto discute os limites do princípio de eficiência aí projetado, tendo em vista que se assenta na convicção de que existe correlação significativa entre aumento da remuneração e melhoria de desempenho; discute também os limites do conceito de qualidade educacional atrelado à lógica da concorrência de mercado. Inicialmente são apresentados preceitos e incongruências contidas no PLC; depois discute-se resultados de trabalhos internacionais que testaram a eficiência de políticas voltadas à remuneração por mérito e finalmente são tecidas considerações em relação ao projeto de lei, tendo em vista a experiência internacional.

Palavras-chave: Magistério. Carreira. Remuneração.

A expansão do ensino superior a distância: qual qualidade?

Irene Jeanete Lemos Gilberto

A mudança no cenário educacional, gerada pela expansão do ensino superior a distância, culminou com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa que se vem se colocando como prioritário nas políticas governamentais de democratização das instituições de ensino superior. A expansão de cursos de licenciatura a distância tem gerado

debates sobre a qualidade do ensino oferecida e sobre a formação dos profissionais, além de questões a respeito do papel do professor nos processos formativos. Este trabalho traz um estudo sobre a expansão dos cursos a distância no ensino superior, com base em dados publicados pelo MEC e discute papel das políticas educacionais no desenvolvimento dos cursos de formação de professores nessa modalidade de ensino. Os resultados da pesquisa realizada com docentes de instituição de ensino superior, que atuam em cursos a distância, apontaram questões sobre a qualidade e a formação, considerando que a educação a distância envolve variáveis pessoais, institucionais e técnicas, entre outras.

Palavras-chave: Expansão do ensino superior. Educação a distância. Qualidade na educação.

Iniciação científica: alvo da ideologia do produtivismo acadêmico na graduação

Silva Alves do Santos

O presente trabalho é parte do projeto de tese da autora ainda em andamento. Tem como objetivo empreender uma reflexão sobre as formas como o movimento do capital se instaura na universidade pública, por meio de pesquisas desenvolvidas na graduação utilizando-se inicialmente do trabalho de professores e alunos envolvidos com o programa de iniciação científica. O resultado que temos, ainda parcial, advém das leituras e análises para a construção da tese, qual seja que, para analisar o fenômeno do produtivismo acadêmico, necessita antes, reconhecer que este se conjectura a partir de um contexto político e econômico, que é resultado de um complexo movimento do capital que incidiu em um amplo processo de reformas no Brasil, passando por mudanças no Aparelho do Estado e nas instituições sociais por ele reguladas. Do que decorrem as práticas universitárias, atualmente, tendo em vista as exigências de produtividade, pode-se relacionar que de forma muito próxima, mas não direta, as mudanças no capitalismo institui a universidade como instituição de produção e reprodução do conhecimento e para tanto, a intensificação do trabalho de professores e alunos, passa a ser a força motriz de legitimação do modelo de ciência pautada no pragmatismo.

Palavras-chave: Estado. Universidade. Produtivismo.

Gestão escolar: ideologia e realidade, a prática e o possível.

Giselle Chinelli de Lacerda

A partir do conceito de gestão escolar proposto por Menezes (2002), onde o gestor escolar é responsável por uma escola que supere paradigmas-administrativos, educacionais e funcionais das escolas, a presente pesquisa monografia vêm mapear a real prática gestora e a forma de superar tais dificuldades encontradas. Assim, tomamos a análise do discurso dos gestores, professores, funcionários e presidentes do grêmio estudantil de três escolas da rede pública estadual de ensino da cidade de Presidente Prudente - SP, colhidos através de entrevista semi-estruturada e aberta, para identificar as necessidades de superação e o real papel do gestor nos processos sociais e educacionais. Juntamente com o levantamento bibliográfico de autores como Heloisa Luck, Naura Ferreira, Lauro Wittmann, Júlio Emilio Pereira e José Carlos Libaneo e suportes de implantação e desígnios oferecidos pela SEE de São Paulo (programa Gestão 2000 e Pró-Gestão) fundamentamos as mudanças pertinentes a função do gestor na escola, não só no âmbito de direção, mas sim em suma de todo um conjunto, rompendo estigmas que denominam a atuação dos profissionais envolvidos, perpassando pela implantação de novas práticas voltadas para interação, participação, envolvimento e ampliação do contexto educativo objetivando uma nova referência para a gestão educacional e escolar.

Palavras-chave: Gestão escolar. Paradigmas.

A participação da comunidade escolar: aspectos facilitadores e inibidores.

Rosimary Ribeiro & Clélia Freitas Capanema:

O presente artigo é parte da discussão da pesquisa, que gerou a dissertação de mestrado, *A participação da comunidade escolar na construção e aplicação do Projeto Político-Pedagógico – PPP, na rede municipal de ensino de Montes Claros, MG.* O artigo tem como eixo central de discussão os aspectos facilitadores e inibidores que as escolas encontram para efetivar a participação da comunidade escolar da rede municipal de ensino de Montes Claros/MG, na construção e aplicação do Projeto Político-Pedagógico - PPP. Tem o objetivo de identificar os fatores intervenientes e a

participação da comunidade escolar no processo de construção e aplicação do projeto. A metodologia utilizada foi a de pesquisa exploratória do tipo qualitativo, realizada em cinco escolas públicas municipais de Montes Claros. As técnicas utilizadas abrangeram análise de documentos, questionários aplicados a professores, funcionários, alunos e pais, e entrevistas semi-estruturadas com diretores, e estruturadas com vice-diretores e supervisoras. O estudo concluiu pela importância da participação de toda a comunidade escolar na construção e aplicação do PPP.

Palavras-Chave: Participação. Comunidade escolar. Projeto político pedagógico.

Ensaio de uma discussão sobre a avaliação de larga escala com a comunidade escolar.

Luzia Batisti

A melhoria na qualidade da educação básica no Brasil motivou a aplicação de provas que possam verificar o desempenho dos estudantes. No início do mês de maio as escolas públicas do Rio Grande do Sul e demais estados do país receberam os resultados da Prova Brasil, uma das maneiras de mostrar como a atuação das escolas tem influenciado na formação de seus alunos. Mas ainda há muitas dúvidas sobre o que é a Prova Brasil. Fazendo essa análise tenho por objetivo, traduzir os dados destas avaliações de larga escala, promovendo discussões sobre este tema com a comunidade escolar, mobilizando esta para a importância dessas provas. Este trabalho terá como metodologia a análise de dados além de dados secundários. Como resultado destaco uma das competências referente a Língua Portuguesa, mencionada nos resultados da Prova Brasil de 2007. *Interpretação de texto com apoio de material gráfico*. Destaco a importância dessa competência, pois, com toda certeza essas não foram construídas somente nessas séries avaliadas. Os resultados dessas avaliações, os índices alcançados pelo município e conseqüentemente pelas escolas e principalmente pelos alunos são de todas as disciplinas que envolvem o currículo escolar. Não como muitos acreditam que este é só um trabalho para os professores de português e matemática e dos alunos que freqüentam a 4º e 8º série do ensino fundamental.

Palavras-chave: Avaliação em larga escala. Comunidade escolar. Resultados

Sala 2 - Faculdade de Educação - sala da Congregação

Coordenadora: Mara de Sordi (UNICAMP)

As práticas de participação institucionalizadas no conselho do FUNDEB e sua relação com a garantia de uma educação de qualidade.

Ubirajara Couto Lima & Sirlândia Souza Santana

Este artigo propõe-se a apresentar os resultados de um estudo de caso sobre as práticas de participação e sua relação com a cultura política local no Conselho do FUNDEB do município de Jequié, na Bahia, objetivando evidenciar: como os valores democráticos são percebidos e se tornam referências para as práticas no Conselho; como a cultura política interfere nas práticas de participação; e como se confrontam no interior do Conselho a cultura política tradicional e a cultura política democrática. Apoiada no referencial metodológico da hermenêutica de profundidade (HP), de Thompson, a pesquisa evidenciou práticas de participação que comprometem o papel do Conselho de acompanhar e controlar a aplicação dos recursos do Fundo como uma das estratégias necessárias para a garantia de uma educação de qualidade através de um controle social pautado pela democratização das ações, pela participação dos diferentes segmentos em prol da transparência do uso dos recursos públicos e de sua efetiva aplicação na educação básica. A pesquisa também revelou ações de resistência e contestação coletivamente capazes de erigir uma nova cultura participativa.

Palavras-chave: Participação. Cidadania. Educação.

Processos e resultados: as possibilidades e desafios nas avaliações em larga escala da educação básica

Valderci Soligo

As avaliações em larga escala da educação adquiriram grande importância nas últimas décadas. Governos de todas as esferas passaram a utilizar mais seus resultados e investir mais recursos neste modelo de avaliação, com o objetivo de melhorar os investimentos e obter melhores resultados de rendimento escolar. No entanto, professores de educação básica e secretarias municipais, e por vezes estaduais, se distanciaram do processo de avaliação, passando ao papel de logística dos testes. Como resultado do distanciamento destes agentes ocorre o desinteresse da comunidade

escolar pelas avaliações externas. Este artigo tem por objetivo problematizar o uso dos resultados das avaliações externas por professores, gestores e técnicos, a partir de propostas que consideram o processo das avaliações e os resultados dos testes como ferramentas de trabalho que podem contribuir na superação de deficiências de aprendizagem do conhecimento. O trabalho sistemático de entendimento e utilização dos resultados das avaliações em larga escala possibilitam um acompanhamento e melhoramento das práticas pedagógicas em sala de aula contribuindo com a melhoria da qualidade da educação.

Palavras-chave: Avaliação em larga escala. Resultado SAEB. Prova do Brasil.

Complexidades e performances na tessitura da diferença no/com o cotidiano escolar.

Maria da Conceição Silva Soares

A partir de pesquisa realizada em uma escola pública de ensino fundamental na cidade de Vitória, Espírito Santo, o texto apresenta a análise de narrativas e práticas de alunos e professores para discutir a questão da diferença e suas representações em diversos *espaçostempos* cotidianos da escola. Aborda os apelidos e os estereótipos como modos de identificação e como um conhecimento simplificador da complexidade que cada pessoa constitui. Destaca que nessa dinâmica de discriminação e opressão, em que se considera cada vez mais categorias como sexualidade, cor, religião, gênero e idade, muitas vezes a questão da classe social parece ter sido abandonada. Por fim, argumenta que o debate acerca da relação entre atendimento às diferenças e escola na perspectiva da educação multicultural ou intercultural não dá conta da desigualdade e nem da diferenciação como processo, como singularização, como devir. Propõe pensar a escola como um “entre-lugar”, no qual se formam sujeitos nos excedentes da soma das partes da (representação da) diferença.

Palavras-chave: Cotidiano escolar. Diferenças. Estereótipo. Performances. Entre-lugar.

Dificuldades da permanência no ensino superior público: do material ao simbólico.

Wilson Mesquita de Almeida.

O trabalho discute os resultados de um estudo que investigou o uso dos recursos e espaços da Universidade de São Paulo por um grupo de estudantes com desvantagens econômicas e educacionais. Mediante pesquisa qualitativa (grupos focais e entrevistas semiestruturadas), reflete sobre o que esses alunos, efetivamente, aproveitam da estrutura universitária. Em decorrência, elege como foco a compreensão das dificuldades simbólicas – e as estratégias para superá-las – que perpassam tais experiências acadêmicas. No momento em que há uma relativa abertura do ensino superior público para um novo perfil de alunos, mais diversificado, espera-se contribuir na reflexão sobre inclusão social na universidade ao integrar à análise do acesso, uma discussão a respeito da efetiva permanência, na qual o fulcro passa a ser as diferenças de qualidade da educação que é apropriada pelos diversos segmentos sociais.

Palavras-Chave: Desigualdades educacionais. Permanência na universidade pública. Inclusão social.

Pensar a educação a distância na perspectiva da inclusão/exclusão.

Solange Medeiros Pitombeira de Lucena

O presente artigo é oriundo das reflexões de cinco anos de atuação no curso de Pedagogia a distância numa instituição pública no estado do Rio de Janeiro. No primeiro momento, ligada ao projeto do Consórcio CEDERJ – Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro vinculado à Fundação CECIERJ – Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro e, a partir de 2007, pela UAB - Universidade Aberta do Brasil que teve o projeto CEDERJ como modelo. O artigo busca relacionar os principais fatores considerados como obstaculizadores para o acesso a instituição de ensino superior pública presencial, e os conseqüentes processos de exclusão e inclusão de *minorias* que historicamente foram negligenciadas deste espaço de saber e de poder. Busca também refletir se a negação do acesso ao ensino público presencial acabou por impulsionar o surgimento de políticas públicas centradas na modalidade a distância. Conclui, com base nas reflexões e no contexto do curso apresentado, que a formação inicial e continuada de professores necessita sair da lógica binária da distância/presencial, e pensar a educação como luta de significados políticos, de construção de um país mais

justo. Contribuí para perceber que a formação docente para uma prática social transformadora está para além de modalidades.

Palavras-chave: Educação a distância. Inclusão/exclusão. Pedagogia.

Eixo 3

Sala - Faculdade de Educação Bloco C - pós-graduação

Coordenadora: Maria Helena P. Dias (CEDES)

Regulação social, reforma e políticas educacionais: algumas considerações

Maria Augusta P. Mundim

O presente estudo trata da regulação social capitalista, de sua relação com o processo de reformas desencadeadas a partir da década de 1990 e de seus desdobramentos em novas formas de regulação das políticas para a educação. Partindo-se do suposto de que a regulação constitui-se no movimento oriundo dos processos de intervenção do Estado, buscou-se apreender a sua significação a partir das análises empreendidas pelos autores da denominada Escola Francesa da Regulação (EFR) e dos estudos desenvolvidos por Harvey (1999) acerca do delineamento do novo regime de acumulação flexível e de uma nova regulação social a ele correspondente. Com base nesses pressupostos, buscou-se, por meio dos estudos desenvolvidos por Popkewitz (1997), mediações que ajudassem a compreender melhor a relação entre regulação social e reformas educacionais. Por conseguinte, tem-se, no contexto das mudanças ocorridas no modo de regulação social por meio das reformas que lhe dão sustentação, alterações significativas na regulação das políticas para a educação. Para a apreensão dessa relação, tomou-se como referência, entre outros, os estudos desenvolvidos por Barroso (2005, 2006), Oliveira (2004, 2005) e Maroy (2006).

Palavras chave: Regulação social. Reformas. Regulação das políticas na educação.

Regulação do trabalho educacional através dos planos de carreira da educação municipal de Belo Horizonte de 1948 a 2003

Maria da Consolação Rocha

Neste artigo analisamos o Plano de Carreira dos Servidores da Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A preocupação em normatizar o trabalho dos servidores municipais, no geral, e da educação, em particular, está presente no processo de constituição da capital mineira, através de legislação municipal, desde 1898. Entre as regulações específicas da educação destacamos, neste artigo, as legislações a partir de 1948, o Regulamento do Ensino Primário Municipal de 1954, os anteprojetos de Estatuto dos Servidores das Escolas Municipais de 1985 e 1992, e o Plano de Carreira dos Servidores da Educação, de 1996. O histórico dessas regulações é organizado em três momentos: as regulações do trabalho no setor educacional de 1948 até a década de 1970; as regulações do trabalho no setor educacional na década de 1980; as regulações do trabalho no setor educacional na década de 1990. Por último, analisamos o atual plano de carreira dos/as profissionais da educação de Belo Horizonte, buscamos sintetizar as propostas dos/as profissionais que foram incorporadas e apresentamos nossas considerações acerca dos limites, perspectivas e as demandas da categoria que continuam em curso.

Palavras-chave: Plano de carreira da educação. Valorização do magistério. Regulação das relações de trabalho.

As reformas educacionais paulistas, as regulações e as escolas: a coordenação pedagógica e o enfrentamento possível*Maria José da Silva Fernandes*

Apoiadas em diretrizes dos organismos internacionais e em princípios gerencialistas e performáticos, as reformas educacionais implementadas recentemente, provocaram grandes alterações no cotidiano escolar. As escolas públicas estaduais paulistas e seus professores vivenciaram esse contexto com a introdução de novos mecanismos de regulação do trabalho, tais como o bônus mérito e as avaliações externas. Com o objetivo de conhecer e interpretar o trabalho realizado pelas escolas paulistas, realizamos uma pesquisa empírica de base qualitativa que envolveu entrevistas com mais de trinta professores de três distintas regiões do Estado, além da observação do trabalho cotidiano de três coordenadores pedagógicos. Objeto central da pesquisa, o trabalho na coordenação pedagógica nos permitiu reconhecer as angústias e dificuldades docentes diante de

um contexto em transformação. Por outro lado, a investigação nos permitiu identificar estratégias de enfrentamento e de (re)interpretação das reformas, confirmando a importância das regulações situacionais no cotidiano escolar e a relevância do protagonismo dos professores. Neste artigo, temos como objetivo apresentar parte dos resultados obtidos com esta pesquisa.

Palavras-chaves: Reformas educacionais. Regulações. Coordenação pedagógica.

Gestão escolar, trabalho pedagógico e política educacional: enlances e tendências de estudos na área

Neusa Lopes Diniz & Zacarias Pereira Borges

Tem sido crescente o número de estudos enfocando o processo de implementação de políticas educativas. Este estudo objetivou identificar e analisar o interesse e o viés teórico-metodológico que pesquisadores, no campo das políticas educativas, propõem ao investigarem as variáveis Gestão Escolar, Trabalho Pedagógico e Política Educacional, enfatizando a análise de condicionantes subjetivos da organização do trabalho. Entre os resultados, obteve-se que: 1) no caso das pesquisas analisadas, houve uma heterogeneidade em seu delineamento teórico-metodológico, envolvendo-se uma concepção de gestão bastante ampla; 2) Aparentemente, nenhuma pesquisa encontrada investigou simultaneamente as percepções de diferentes profissionais de “equipes de gestão” sobre as dimensões organização, condições e relações de trabalho em escolas públicas de ensino fundamental. Sugeriu-se o desenvolvimento de mais estudos que investiguem condicionantes subjetivos das relações de trabalho na escola, frente a sua gestão e a implementação de políticas públicas educativas.

Palavras-chave: Política educacional. Gestão. Trabalho pedagógico.

Políticas educativas e trabalho docente na educação superior: tendências na produção acadêmica de 1994-2006

Maria Rosimeiry Soares Santos

Ao analisar as alterações sofridas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e suas conseqüências sobre o trabalho docente, o conceito de *capitalismo acadêmico* adquire relevância. Esta idéia desenvolvida por

pesquisadores da educação superior busca elucidar a orientação das recentes transformações promovidas nas universidades públicas, cujo propósito é o de convertê-las em espécie de empresas lucrativas que procuram, assim como as outras empresas que operam no mercado, maximizar seus recursos para obter o maior lucro possível. Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar as transformações ocorridas na organização e gestão da educação superior, bem como as principais características do “capitalismo acadêmico” e o seu impacto no trabalho docente. Apresentamos aqui, o resultado do desenvolvimento da primeira etapa da pesquisa que consistiu na análise bibliográfica e documental sobre a temática do trabalho docente a partir do levantamento detalhado da produção acadêmico-científica (teses e dissertações) disponível no portal da CAPES e artigos científicos publicados nos periódicos educacionais.

Palavras-chave: Educação superior. Trabalho docente. Políticas universitárias.

Trabalho docente e políticas públicas de ensino superior

Simone Pereira Costa Banck

O propósito é analisar a política pública de ensino superior, a partir da década de 90 na perspectiva de expansão da pós-graduação. Especificamente a ampliação da oferta dos cursos: mestrado e doutorado e relações desta política com trajetórias acadêmicas de docentes de cursos de Pós-graduação em Educação da UNB (1962), UNICAMP (1967) e USP (1934) oferecidos, entre 2000-2010. Pretende-se relacionar influências desta política na constituição do trabalho de formação docente na Pós-Graduação em Educação. O problema constitui-se sobre duas questões: *i*) é possível acreditar que atores políticos e sociais, primordialmente, do meio acadêmico, podem influenciar e contribuir por meio de suas trajetórias acadêmicas com a Política Pública de Educação Superior? Como? *ii*) de que maneira trajetórias acadêmicas, constituídas nos percursos de formação e produção intelectual dos docentes ligados à formação pós-graduada em Educação, consolidam-se em características próprias da Profissão Acadêmica no Brasil? Pesquisa qualitativa com enfoque comparativo.

Palavras-chave: Produção de conhecimento. Trajetórias acadêmicas. Política pública de pós-graduação em educação.

Um olhar sobre as políticas públicas e processos de regulação

Sônia Regina Fortes da Silva

O ciclo de políticas para Informática em educação apresenta-se, neste estudo, conforme o referencial analítico de Ball (2001) e seus colaboradores, quando aborda o movimento das diretrizes políticas globais com as relações políticas locais. O foco do artigo é: no contexto de influência, no qual as políticas de tecnologia em educação se materializam; no de produção do texto político, que orienta o uso do computador no currículo escolar e no de prática docente em Laboratórios de Informática, no qual os professores regulam o projeto político. Trata-se de uma investigação-ação, unindo extensão, ensino e pesquisa, no processo de cooperação educação superior e básica e a inserção de uma política de tecnologias educacionais na rede de Educação do Município de Garanhuns, no Estado de Pernambuco. Os resultados apontam para questões de dupla regulação, Estado e docentes, no âmbito da mudança cultural da escola na contemporaneidade num processo híbrido entre a tradição e o novo, na formação em serviço com gestores, estudantes-monitores de Informática e docentes da rede municipal.

Palavras-Chave: Parceria município-universidade. Políticas de informática e docentes.

Sala 2 - Faculdade de Educação Salão Nobre

Coordenador: Cristina Bruzzo (UNICAMP)

Planejamento e gestão no contexto das políticas educacionais

Domingos Pereira da Silva

O presente artigo pretende apresentar sucintamente algumas considerações sobre o planejamento e a gestão no interior das políticas educacionais, como resultado parcial da pesquisa bibliográfica realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Goiás, através do projeto intitulado: *O Plano de Desenvolvimento da Escola: Gênese, Lógica e Contradições*. Para tanto, a análise realizada neste trabalho, objetivou compreender o planejamento de maneira geral como um elemento intrínseco ao trabalho e entendê-lo especificamente como instrumento da gestão educacional. Tratou de

discutir em linhas gerais, o modo e os modelos de produção, o papel do Estado e as implicações das mudanças consubstanciadas no contexto social mais amplo para a educação e especificamente para o planejamento educacional. Do ponto de vista da forma de abordagem, a pesquisa é qualitativa. Conforme as discussões e reflexões, nota-se que apesar do discurso democratizador das práticas escolares, o que vem prevalecendo é a adoção de uma gestão gerencial, voltada para a regulação e o controle, o que vem dificultando o processo de mobilização coletiva em prol da transformação social, processo demarcado pela correlação de forças presentes no interior da sociedade de classes.

Palavras-chave: Planejamento. Gestão. Regulação.

Regulaciones de las políticas educativas: sus efectos em la gestión directiva y el trabajo docente em Argentina

Estela Maria Miranda & Nora Zoila Lamfri Nuevas

La profunda reestructuración de las relaciones entre el Estado y la sociedad durante la década de los noventa, orientada por modos de producción de políticas y en valores sustentados desde posiciones neoliberales, resultó en importantes impactos en la definición de políticas educativas y en las orientaciones del sistema educativo.

Mientras el Estado nacional muda su responsabilidad directa sobre los servicios educativos (Estado benefactor) por un aumento en la “vigilancia y el control” sobre el funcionamiento de los sistemas educativos (Estado Evaluador), promueve nuevas formas de organización y gestión de los sistemas educativos incrementando la capacidad de los centros escolares para tomar decisiones (autonomía) y la responsabilidad por los resultados de la educación.

Esta presentación tiene como propósito comunicar resultados de una investigación sobre los nuevos procesos de regulación del sistema educativo y cómo impactan/afectan particularmente en la gestión de las instituciones educativas y el trabajo docente.

Palavras-chave: Regulación. Gestión escolar. Trabajo docente.

Política de formação continuada de professores e táticas no interior da escola: processo de regulação e emancipação

Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes

O trabalho apresenta as reflexões produzidas a partir de uma pesquisa desenvolvida em parceria Universidade Pública - Escola Básica, localizadas no Estado do Rio de Janeiro e que conta com financiamento da FAPERJ. Apresentamos as ações investigativas e as análises realizadas no processo da pesquisa. Destacamos o seu caráter instituinte produtor de novas práticas de formação continuada de professoras, que tem como perspectiva, processos formativos docentes *centrados na escola* (Canário, 2006) que busquem compartilhar memórias e histórias dos sujeitos escolares. Questionando um modelo de formação continuada hegemônico, historicamente produzido, que toma como textos modelares, base e centro da formação, experiências e narrativas inspiradas nos fazeres e dizeres *dos formadores*, defendemos a escola como *espaçotempo* de uma *teoria em movimento* que precisa ser (re)conhecida em sua centralidade na busca de respostas para os complexos desafios que se colocam para o magistério.

Palavras-chave: Formação continuada centrada na escola. Cotidiano escolar. Educação fundamental.

Políticas nacionais de avaliação: estratégias de regulação

Leonice Matilde Richter & Lucia de Fátima Valente

A Avaliação Sistemática vem se configurando no Brasil como produtora de ranqueamento. Os dados dessas avaliações têm gerado poucas ações no sentido da transformação dos problemas diagnosticados no espaço escolar. Essa prática vem se configurando em torno de políticas neoliberais, marcadas por um Estado que não busca intervir no mercado, mas mantém-se como Estado Avaliador/Regulador. Para tanto, centramos nossa atenção na teia dos marcos regulatórios que envolvem a educação básica brasileira. Nosso objetivo é analisar as concepções, as modalidades e os propósitos da avaliação sistêmica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo como referências: Freitas (2002, 2005, 2007), Sobrinho (2002), Afonso (2005); Barroso (2005); Oliveira (2005) entre outros, e de análise documental das diretrizes emanadas do Ministério da Educação (MEC). Buscamos compreender os mecanismos de regulação a partir da implantação e implementação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Constatamos o interesse do Estado em instigar a lógica da competição entre as instituições escolares, ao relacionar os resultados

das avaliações nacionais à política de financiamento da educação, quem atinge “bons resultados é premiado”.

Palavras-chave: Avaliação sistêmica. Políticas educacionais. Regulação.

SINAES e modelo(s) institucional (is)

Lucinete Marques Lima

Este artigo objetiva analisar modelo(s) de educação superior estimulados pelo SINAES na formulação de políticas de educação superior. Discute as políticas de avaliação da educação superior e seu potencial modelador de estruturas e finalidades institucionais, seguindo-se de uma síntese de modelos de educação superior e sua influência em contextos nacionais e, por último, uma análise do SINAES e sua força indutora de modelo de educação superior. Com base em estudos bibliográficos e documentais, o estudo conclui que o SINAES, no seu primeiro momento (2004-2006), apesar de admitir a diversidade institucional e ser instrumento de regulação, ao defender a centralidade da avaliação institucional com ênfase na auto-avaliação, implicitamente, assimila a tendência de priorizar o aperfeiçoamento da educação superior por isomorfismo normativo, na defesa de um modelo neohumboldtiano numa expectativa renovadora dos poderes do Estado e da sociedade, mas, posteriormente, ocorrem sucessivas rupturas com essa tendência por isomorfismo coercitivo, fortalecendo a função regulatória e o modelo neoprofissional/heterônomo.

Palavras-chave: Política educacional. Educação superior. Avaliação institucional.

Regular ou emancipar? Possibilidades de uma IES frente aos SINAES

Magda de Lima Lúcio, Leonardo Humberto Soares, Mara Lucia Castilho & Maria Cristina Loyola dos Santos

Esse artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca da experiência da CPA do Centro Universitário de Brasília (Uniceub) em mediar as ações avaliativas governamentais de caráter regulatório e a resposta emancipatória da instituição como alternativa de conjugar o compromisso com a finalidade de *accountability* e com suas aspirações, que revelam suas potencialidades e fragilidades na construção da cultura avaliativa.

O processo emancipatório é percebido a partir da ação da CPA, que além de coordenar a autoavaliação para subsidiar a gestão, estimula os gestores a utilizarem os dados provenientes dos relatórios avaliativos, internos e externos. Nesse sentido, seu papel é ampliado e adquire caráter educativo, de fazer uso da regulação para torná-la auto-reguladora de forma a cooperar com o sistema gestor e utilizar-se do processo para construir sua identidade, cujo perfil institucional torna-se singular e leva a IES, entre outros, a confirmar sua função social.

Ao longo da experiência do UNICEUB, verificaram-se dois agentes estratégicos na concepção da proposta apresentada neste artigo: a sensibilidade e a incorporação do caráter emancipatório pela diretoria acadêmica e a dupla ação da CPA: reflexiva e prática. Isto é possível em virtude da diversidade da composição de seus membros e da percepção do grupo em vislumbrar o SINAES como possibilidade de crescimento institucional.

Políticas curriculares para a disciplina de educação física: a que interesses respondem?

Elise H. Moraes Batista & Dirce Djanira Pacheco e Zan

A Educação Física é uma disciplina marcada por diferentes concepções ao longo dos séculos XIX e XX, com enfoque predominante no aspecto biológico do ser humano. Segundo Souza, Miura e Silva (2009) as mudanças na disciplina impediram que a Educação Física construísse uma identidade estável, fato do qual decorre sua desvalorização e descaracterização atual. Esse texto se propõe a realizar uma retomada histórica dessas concepções e apresentar a *cultura corporal de movimento* como um novo enfoque da disciplina (DAOLIO, 2003; 2005). Além disso, busca analisar dois documentos curriculares recentes para a área, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997; 1998) e a Proposta Curricular do Estado de São Paulo (SEE/SP, 2008).

Corroborando os apontamentos de Moura (2008), é possível observar, na análise destes documentos, indícios de uma concepção de educação voltada a interesses políticos e econômicos. A perda da autonomia dos professores é um dos pontos dessa problemática e é nesse sentido que a conscientização docente é necessária para a mobilização de políticas em nível micro pois, segundo Ball (2002), as políticas desde cima não são as únicas restrições e interferências na prática institucional.

Palavras-chave: Políticas curriculares. Educação física. Cultura corporal de movimento.

Avaliação educacional: os documentos oficiais e as orientações da Conferência Mundial da Educação

Valéria Ap. de Souza Siqueira & Alessandra David M. da Costa

Este trabalho apresenta os resultados parciais de pesquisa de iniciação científica que se realiza com o apoio da FAPESP. O objetivo da pesquisa é investigar, junto aos Documentos Oficiais, qual o sentido da avaliação no ensino fundamental, analisando paralelamente as orientações da Conferência Mundial da Educação. A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica e a documental. Apoiada especialmente nas idéias de Almerindo Janela Afonso (2005), Dermeval Saviani (2007) e Jussara Hoffmann (2001, 2008) observamos que há um descompasso entre as orientações do referido evento e a promulgação da Nova LDB (Lei n. 9.394/96). A satisfação das necessidades básicas de aprendizagem é um dos objetivos principais da Conferência, com foco na aprendizagem efetiva dos alunos de modo a valorizar abordagens ativas e participativas que possibilite ao educando “esgotar plenamente suas potencialidades”. Por outro lado, a Nova LDB confere à avaliação função reguladora servindo como instrumento de controle do Estado à medida que prioriza os exames nacionais de avaliação em detrimento de uma ação avaliativa que possa reorientar a prática docente.

Palavras-chave: Avaliação. Políticas educacionais. Aprendizagem.

Eixo 5

Sala 1 - Auditório do Instituto de Economia

Coordenadora: Dulce Maria Pompêo de Camargo (CEDES, PUC-Campinas)

**Alfabetização e qualidade do processo educativo:
uma equação ainda não resolvida.**

Geisa Magela Veloso & Francely Aparecida dos Santos

Tomando a formação de professores como condição para a qualidade na educação, o artigo discute a nova faceta da exclusão escolar, que encontra visibilidade no grande número de “excluídos no interior”, na acepção de Bourdieu e Champagne (1991). São alunos que se beneficiaram dos ganhos quantitativos relativos à expansão da rede de escolas públicas, mas permanecem excluídos porque não se alfabetizaram, não acessaram universo da cultura escrita e não se apropriaram de saberes socialmente legitimados e valorizados. Em pesquisa-ação desenvolvida na educação básica, constatamos que as 34 professoras sujeitos da pesquisa, mesmo graduadas, não haviam construído conhecimentos capazes de romper com facetas da cultura escolar e instaurar novas práticas pedagógicas. Por entender com Saviani (2007) a necessidade de articular teoria e prática, ofertamos curso de pós-graduação *lato sensu*, cujas reflexões possibilitaram que as professoras rompessem com metodologias fragmentadas e memorísticas de alfabetização e percebessem a si mesmas e aos seus alunos como sujeitos sócio-culturais, artífices da própria trajetória, produtores de conhecimento e cidadãos de direito.

Palavras-chave: Alfabetização. Formação de professores. Qualidade do ensino.

Federação, contrato social e educação: o desafio do princípio da igualdade na garantia do direito à educação em contextos federativos.

Gilda Cardoso de Araújo

A idéia moderna de federalismo tributária é das teorias do contrato social de Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, visto que a federação pode ser compreendida a partir da idéia de contrato, significando um pacto pelo qual várias unidades territoriais obrigam-se mutuamente de forma voluntária. O objetivo do trabalho é analisar os fundamentos e as origens da idéia de federação como forma de legitimação de poder e como forma de organização político-administrativa de partilha de soberania. A partir das teorias do contrato social, da origem da idéia de federação e da relação destas com a concepção de (des) igualdade, o trabalho se propõe a suscitar questões sobre as possibilidades de políticas públicas igualitárias na oferta de serviços educacionais, consubstanciadas na garantia do direito à educação, em contextos federativos, cujas marcas são as desigualdades.

Palavras-chave: Federalismo. Política educacional. Direito à educação.

Política pública da educação e suas implicações para a política de educação especial no Município de Vitória.

Girlene Gobete

Busca investigar a elaboração da política educacional no município de Vitória no período de 1989 a 2004, tendo como foco de análise as ações político-administrativo-pedagógicas direcionadas à educação escolar de alunos com deficiência. Por meio da análise documental, busca recompor o quadro de ações para compreensão da política em tela, tomando como pressuposto que a educação é um direito social legalmente assegurado e deve ser garantido pela via das políticas públicas. A partir dos dados, identifica duas grandes fases da política educacional no município associados aos momentos de reorganização da sociedade brasileira e aos princípios filosóficos utilizados para fundamentar as políticas de educação especial em nível nacional: a primeira fase – 1989 a 1995: inicia-se uma proposta sistematizada de Educação Especial no modelo da integração escolar, associado ao período de reivindicação dos movimentos sociais para redemocratização da sociedade e posteriormente, de transição política e governamental. A segunda fase – 1995 a 2004: sob o discurso da inclusão escolar há uma reestruturação no projeto de educação especial associado ao momento político de diminuição da ação do Estado em relação aos direitos sociais e a influência do modelo de mercado na gestão da escola.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Direito à educação. Educação especial.

Certificação e desigualdade racial: um estudo de caso na educação de jovens e adultos de Florianópolis.

José Manoel Cruz Pereira Nunes

O presente trabalho objetivou analisar a relação entre certificação e respectiva distribuição racial/cor da pele dos estudantes de II segmento da Educação de Jovens e Adultos, da Rede Municipal de Florianópolis no período compreendido entre 2006 e 2008. Resulta de uma pesquisa quantitativa na qual foram computados registros de matrícula de cinco

mil e oitocentos e quarenta estudantes e analisadas variáveis tais como cor da pele, gênero, faixa etária, renda familiar, naturalidade e escolaridade materna. Com base em referências teóricas de Paulo Paim, Rafael G. Osório e Nelson do Valle Silva os resultados preliminares sugerem que, apesar de índices de matrícula e certificação semelhantes para o universo pesquisado, ao se analisar recortes amostrais, podem ser formuladas hipóteses de relação desproporcional entre certificação e distribuição racial /cor da pele. Indica-se a necessidade de se aprofundar a análise e compreensão dos aspectos que envolveram as variações encontradas, agregando-se entrevistas em profundidade com sujeitos do processo; assim como estender o debate da produção da desigualdade racial na formação continuada de educadores da referida rede de ensino.

Palavras-chave: Desigualdade racial. Educação de jovens e adultos.

Socialização e humanização: consequências do aprender no curso pré-vestibular popular.

Juliana Cristina Perlotti Piunti & Rosa Maria Moraes Anunciato Oliveira

A pesquisa de mestrado, da qual este trabalho faz parte, foi realizada no Curso Pré-Vestibular Comunitário Prodam, na cidade de São Carlos - SP. A questão de pesquisa “na visão dos alunos, quais são as aprendizagens envolvidas no Cursinho Prodam?”, partiu do pressuposto de que nos Cursinhos Pré-Vestibulares Populares são desencadeados diversos processos educativos. Nosso objetivo é apresentar aqui alguns dados e análises desta pesquisa. Para tanto, foram realizadas observações de campo, registros em diários e posteriormente, entrevistas semi-estruturadas. A metodologia esteve pautada na abordagem qualitativa de pesquisa. O referencial teórico foi seguido com base em Pérez Gómez e Paulo Freire para apontarmos nossa compreensão de sujeito, aprendizagem e processos de socialização. Para análise dos dados recorremos à Análise Temática, pois foi possível, a partir desta técnica, compreender os significados contidos nos dados obtidos através das entrevistas e observações de campo. Os dados que apresentaremos neste trabalho foram analisados à luz do conceito de *socialização*, de Gómez. Depoimentos de alunos e ex-alunos apontaram ser possível “aprender para o acesso ao ensino superior”, “aprender com os professores” e “aprender conteúdos do ensino médio”. Assim, ao pretender socializar os alunos, fornecendo-lhes instrumentos práticos para a realização de exames vestibulares, o espaço do

cursinho pré-vestibular permite a estes mesmos alunos outras conquistas, nem sempre previstas. Daí reside a importância do espaço do Cursinho Prodam que possibilitou a muitos alunos “ter sonhos”, “aprender com os mais jovens”, “aprender com as diferenças de idades”, “crescer psicologicamente”, entre tantas outras possibilidades apresentadas e que estão relacionadas ao humanizar-se, ou seja, é uma condição de sobrevivência, de enriquecimento e, por isso, uma condição humana.

Palavras-chave: Curso pré-vestibular popular. Diferentes aprendizagens. Socialização.

A escola em ciclos e os círculos da exclusão

Liliane Leroux

No contexto da educação pública atual, a proposta da escola em ciclos tem sido muitas vezes apresentada como nova prática formativa capaz de superar os desafios da educação de nosso tempo. Como a revisão da literatura sobre o tema aponta fortemente tal proposta como sendo capaz de promover a *inclusão* e a *democratização*, estas serão as dimensões principais de nossa análise. O presente trabalho coloca em perspectiva algumas práticas pedagógicas, da Antiguidade aos nossos dias, buscando: 1) contextualizar a proposta da escola em ciclos no amplo campo da formação humana; 2) compreender *inclusão* e *democratização*, não como conceitos fixos, mas interpretações históricas inseparáveis das práticas sociais de cada época e como 3) destacar como a educação sofre das inflexões a que se submetem os conceitos a ela associados. Na conjugação desses movimentos, buscaremos as bases para a interrogação dos rumos que vem assumindo a educação pública, com a implementação desta política.

Palavras-chave: Ciclos. Formação humana. Desigualdade.

As políticas educativas atuais: no embate entre a perpetuação de desigualdades e a promoção de justiça social.

Liliane Sanchez

Este trabalho pretende contribuir com o debate sobre políticas de inclusão e ações afirmativas no campo da educação brasileira, principalmente no que se refere às questões das relações raciais. Para tanto,

realiza uma abordagem da problemática específica das relações entre raças, cor e educação, considerando que, apesar de constar na pauta das políticas públicas atuais, tal tema ainda encontra resistência em diferentes setores da sociedade, sendo, ainda, ignorado por muitos, bem como a questão mais geral da constituição das identidades culturais dos diferentes grupos raciais na multifacetada sociedade brasileira. Consequentemente, apresenta alguns questionamentos sobre as “políticas de ação afirmativa” como iniciativas “legais” direcionadas às minorias excluídas, desfavorecidas social e economicamente, em sua função de preencher a lacuna existente entre o princípio constitucional da igualdade de direitos e a complexa realidade das hierarquias, das diferenças e da dominação presentes nas relações sociais, por considerar que elas colaboram para a instituição de relações sociais mais igualitárias, ao mesmo tempo em que não anulam a riqueza das diferenças culturais.

Palavras-chave: Educação. Igualdade. Diferença.

Sala 2 - Faculdade de Educação - LL 02

Coordenadora: Sonia Giubilei (UNICAMP)

Lei nº 11274/2006: a infância brasileira e o primeiro ano do Ensino Fundamental.

Marcia Cristina Argenti Perez

Com a Lei n. 11.274/2006, o ensino fundamental passa a ter nove anos, no Brasil, e inclui obrigatoriamente as crianças de 6 anos, o que já é feito em vários países e em alguns municípios brasileiros há muito tempo. Nesse contexto o presente estudo objetiva analisar os desafios, enfrentamentos e impactos nas práticas escolares no tocante à infância. A metodologia desenvolvida é a de análise bibliográfica de recentes publicações de órgãos oficiais e de estudos acadêmico-científicos que explicitam discussões acerca das especificidades da infância e da legitimidade e efetividade das políticas e práticas educativas. Debruçamo-nos sobre os principais resultados que indicam que a inclusão de crianças de 6 anos no ensino fundamental requer diálogo entre educação infantil e ensino fundamental, com alternativas curriculares claras, ou seja, planejamento e acompanhamento pelos docentes que atuam na educação

infantil e no ensino fundamental levando-se em conta a singularidade das ações infantis e o processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Infância. Educação. Políticas educacionais.

Educação de jovens e adultos: estabelecendo relações entre alfabetização, qualificação profissional e geração de renda.

Maria Regina Martins Cabral

A situação do analfabetismo no Brasil precisa ser enfrentada pelos três entes da federação, como prioridade nacional, para a construção de uma sociedade justa e democrática. Há três décadas foram definidas políticas de alfabetização que não produziram os efeitos esperados, mantendo-se assim um grave problema educacional que expressa a desigualdade estrutural da sociedade brasileira. Na atualidade, tratar de políticas de alfabetização pressupõe a relação entre alfabetização, qualificação profissional e geração de renda. Uma experiência de elevação da escolaridade em turmas de EJA na região da Baixada Maranhense pretendeu estabelecer essa relação. Demonstra-se que pode ser mais uma alternativa teórico-metodológica e política para a superação do analfabetismo no Brasil.

Palavras-chave: Alfabetização. Qualificação profissional. Trabalho.

O corpo, a identidade e o território como elementos para pensar a condição de estrangeiro: o caso dos estudantes brasileiros em Portugal.

Maria Zenaide Alves

Este trabalho tem como propósito discutir a condição de estrangeiro no contexto escolar, a partir de três elementos fundamentais para a compreensão das relações sociais entre crianças estrangeiras e autóctones: o corpo, o território e a identidade. O texto discute alguns resultados da minha pesquisa de mestrado, defendida em 2007, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, na qual investiguei os processos de construção das redes de sociabilidade de crianças, filhos e filhas de imigrantes brasileiros, no contexto escolar português. Uma das constatações da pesquisa é que essas crianças não carregam para dentro das escolas apenas a condição de estrangeiro.

A esta se agregam outras variáveis cujos significados podem atribuir outros valores à condição inicial, ou seja, a origem imigrante. Neste texto foram discutidos o corpo, a identidade e o território como variáveis que quando conjugadas à condição de estrangeiros, podem funcionar como fatores de inclusão e/ou exclusão dentro da escola.

Palavras-chave: Estrangeiro. Imigração. Inclusão/exclusão social.

As representações sociais e os desafios do cotidiano escolar em tempos neoliberais.

Mary Francisca do Careno

O ensino está passando por uma série de dualidades em função não só do papel exercido pelo Estado na educação, como também das questões sócio-históricas pelas quais passa a sociedade pós-moderna. Essa articulação demonstra o movimento ao qual Saviani (1991, p. 9) chama de determinações que se desenvolvem historicamente, ou seja, o modo como o homem cria suas representações e produz sua própria existência ou é envolvido por ela. Isso dito, coloca-se em discussão o papel de um terceiro componente dessa dualidade, a partir daqui, dessa tríade, inserido que está na articulação escola/ sociedade/ história social: a questão étnica com o aluno negro.

Desigualdade no Ensino Médio: as expectativas de formação e trabalho de alunos de uma escola estadual.

Renata Mantovani de Faria & Eduardo Pinto e Silva

Esse trabalho teve como intenção, investigar as expectativas e trajetórias de estudos e trabalho de alunos do Ensino Médio de uma escola estadual, compreendendo a realidade objetiva de cada estudante como modo de influenciar os alunos a internalizarem diferentes anseios profissionais. Para isso, houve pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, que foi realizada através de aplicação de questionários e de realização de entrevistas com duas salas do último ano do Ensino Médio. Constatou-se que as condições objetivas de capital cultural, econômico e social desses alunos tendiam, de modo geral, a delimitar a concretização dos desejos de melhoria das condições de vida e de evolução da formação, embora não os suprimisse. A questão do prolongamento dos estudos apresentou-se como desejável, mas nem sempre factível, além de atrelado a conciliação

com o trabalho. No caso dos alunos do noturno, principais vítimas da desigualdade social, as condições objetivas de continuidade dos estudos mostraram ser mais difíceis. Pôde-se perceber que a questão da justiça social, diante dessa temática mostrou-se deficiente e os alunos concluintes do Ensino Médio dessa escola, vítimas da desigualdade social que permeia o país.

Palavras-chave: Ensino Médio. Habitus. Desigualdade.

Promoção de alunos com deficiência intelectual: um estudo em pré-escolas públicas de Osasco.

Roseli Kubo Gonzalez

O presente estudo pretendeu, por meio de uma abordagem qualitativa, investigar quais os critérios utilizados pelas professoras das pré-escolas públicas de Osasco para promover alunos com deficiência intelectual de uma fase para outra e após essa etapa de escolarização. Foram entrevistadas cinco professoras e cinco alunos que se encaixavam no objetivo da pesquisa. Para complementar os dados coletados junto às professoras, foram entrevistadas também as ex-diretoras, assim como especialistas da Equipe de Apoio Interdisciplinar do município. Verificou-se que as professoras apontaram a idade como sendo critério para promoção dos alunos, contudo, em alguns casos, os alunos permaneciam por mais tempo na pré-escola, o que era justificada pelas necessidades específicas apresentadas por eles e avaliada pelas entrevistadas, como benéfica para o desenvolvimento e aprendizagem desses. A partir dos dados coletados, verificou-se que as escolas selecionadas adotam, para a quase totalidade dos alunos, a concepção de avaliação utilizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) para a educação infantil, qual seja, “sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (art. 31).

Palavras-chave: Inclusão escolar. Educação Infantil. Avaliação da aprendizagem.

A implementação do Ensino Fundamental de 9 anos e seus efeitos para a Educação Infantil: um estudo em municípios catarinenses.

Rute da Silva

O presente artigo tem como objetivo analisar a implementação do Ensino Fundamental de nove anos e seus efeitos para a Educação Infantil. Embora a lei 11.274/06 tenha sido implementada apenas em

2006, as condições para a ampliação do Ensino Fundamental foram sendo gestadas já durante a reforma educacional brasileira na década de 1990. Desta forma, consideramos aspectos centrais na reforma que criaram as condições e induziram esse processo. Além desta análise, realizamos a pesquisa de campo em nove redes municipais de ensino do estado de Santa Catarina. Como resultado do trabalho, pode-se afirmar que uma diversidade de estratégias, tanto administrativas como pedagógicas, vem sendo adotada pelos municípios para a implantação do Ensino Fundamental de nove anos. No que tange à Educação Infantil, observamos alguns efeitos preocupantes que aqui seguem desvelados. Por mais que se constitua como medida de justiça social, o Ensino Fundamental de nove anos é uma política focalizada que guarda potencialidades, mas também pode contemplar, dessa forma, efeitos não desejáveis às crianças de 0 a 5 anos, que, por direito, estão incorporadas à primeira etapa da Educação Básica.

Palavras-chave: Ensino Fundamental de nove anos. Educação Infantil. Política educacional.

Transmissão da memória, educação e desigualdade.

Simone Regina Peres de Abreu, Domingos Pereira da Silva & Ráquia Rabelo Rogéri Isac

Neste texto analisaremos a transmissão da memória pela experiência e o papel da educação neste processo como um fator de reprodução das desigualdades nas relações sociais, a partir de dois teóricos principais: o filósofo e judeu alemão, Walter Benjamin que viveu na primeira metade do século XX participando e sofrendo as violências e transformações impostas pelas duas grandes guerras mundiais e é considerado um dos mais importantes teóricos da Escola de Frankfurt e Pierre Bourdieu, sociólogo francês que influenciou profundamente as discussões acadêmicas a partir da década de 70 no Brasil. Manteremos ainda, diálogo baseado em Forquin e autores brasileiros como Brandão e Cunha. O interesse pelo tema foi construído a partir do desenvolvimento da pesquisa no programa de pós-graduação *stricto sensu* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Palavras-chave: Memória. Experiência. Educação.

Educação Especial: itinerários entre a desigualdade e a justiça social.

Sirlândia Souza Santana & Ubirajara Couto Lima

Este artigo propõe-se, inicialmente, discutir a trajetória da Educação Especial no Brasil tendo como foco seu itinerário de desigualdade, marcado pela sua disjunção da educação geral, até alcançar a formulação como política pública nacional, marco inicial para alcançar da justiça social. Posteriormente, este trabalho apresentará os resultados de uma investigação centrada no conhecimento sobre a surdez a partir da análise das implicações da ausência da língua na primeira infância e suas consequências para o desenvolvimento humano. A pesquisa tomou como foco empírico o desenvolvimento dos processos culturais dos adolescentes surdos no município de Itabuna-BA e como marco teórico as concepções de cultura de Geertz; de desenvolvimento humano de Vygotsky; de linguagem de Bakhtin; a concepção de surdez de Bueno e Soares; e o estudo da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS defendida por Quadros & Karnopp. Os resultados aqui apresentados pretendem contribuir fundamentalmente para o desenvolvimento de práticas sociais que reconheçam a necessidade da implantação de uma política lingüística para crianças surdas de 0 a 5 anos que de fato garanta uma inclusão com qualidade social.

Palavras-chave: Educação. Educação Especial, Surdez. Inclusão.

COLEÇÃO

**“Série comemorativa dos 30 anos do CEDES:
capas da revista *Educação & Sociedade* e *Cadernos CEDES*”**

Autor: Milton José de Almeida

Imagens que são a abertura para a leitura de textos acadêmicos, que encampam letras, idéias e criações pela articulação ‘educação e sociedade’, ganham a dimensão da paisagem e da lembrança, materialidade táctil do papel e velocidade imprevisível da espera, do destino.

